



3º CIPIAL

TERCEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA

Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns

3 a 5 de julho de 2019, Brasília - DF, Brasil

4ª CIRCULAR | RESUMOS

1. O EVENTO

O Terceiro Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL) - 3º CIPIAL - será realizado nos dias 3 a 5 de julho de 2019, na Universidade de Brasília (UnB), campus Darcy Ribeiro, em Brasília - DF, Brasil, com o tema central “Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns”.

A presente circular visa oferecer informações gerais aos interessados em propor **resumos de comunicações orais (artigos) ou de pôsteres** para apresentação nos simpósios temáticos do 3º CIPIAL.

2. RESUMOS

Cada resumo de comunicação oral (artigo) ou de pôster deve ser submetido a um dos simpósios temáticos do 3º CIPIAL, descritos no Anexo 1 desta circular. Cada simpósio poderá acolher de 8 (oito) a 24 (vinte e quatro) comunicações orais e de 3 a 10 pôsteres.

Os resumos serão avaliados pelos coordenadores de simpósios, devendo atender aos critérios desta circular. O aceite e/ou indeferimento das propostas de comunicação oral ou pôster são, portanto, da responsabilidade dos coordenadores dos simpósios temáticos para os quais tenham sido submetidas.

Serão aceitos resumos com até 4 (quatro) co-autores ou com assinatura coletiva. Cada autor poderá apresentar até 2 (duas) comunicações, não sendo possível, contudo, garantir que um mesmo autor não tenha seus horários de apresentação superpostos. Eventuais mudanças no horário de apresentação deverão ser pactuadas com os coordenadores dos simpósios.

3. COMO APRESENTAR PROPOSTAS

Propostas de resumos de comunicação oral (artigos) ou pôsteres podem ser apresentadas em espanhol, português ou inglês, devendo ser anexadas em formulário específico disponível em <https://goo.gl/forms/pLGaVlg18GVaCoYe2>, em formato PDF. Cada proposta deve incluir:

- a) Título de até 200 caracteres (com espaços);
- b) Nome(s) do(s) autor(es) ou assinatura coletiva, seguido(s) do(s) e-mail(s);
- c) Resumo com até 2800 caracteres (com espaços), exceto referências bibliográficas.

Os resumos devem ser apresentados no formato A4, em fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entre as linhas 1,5 cm, com margens de 3 cm superior e esquerda e 2 cm inferior e direita.

4. CRONOGRAMA

Os resumos de comunicações orais (artigos) ou pôsteres deverão ser apresentados até o dia ~~31 de dezembro de 2018~~ **18 de janeiro de 2019**. Os resumos aprovados por simpósio serão divulgados no dia 4 de fevereiro de 2019, conforme cronograma de organização do 3º CIPIAL. Qualquer alteração neste cronograma será divulgada no site do congresso (www.congressopovosindigenas.net).

5. MAIS INFORMAÇÕES

Mais informações sobre o 3º CIPIAL podem ser obtidas no site do congresso (www.congressopovosindigenas.net). Orientações quanto ao formato para a apresentação dos trabalhos completos (artigos ou pôsteres) serão objetos de circular específica.

6. CONTATOS

E-mail: 3cipial@gmail.com

Facebook: [Congreso Internacional Pueblos Indígenas de América Latina \(CIPIAL\)](#)

ANEXO 1 | SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 01 | A questão urbana: reflexões e perspectivas etnográficas e histórias sobre os índios e cidades

Eduardo Soares Nunes (Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil); Marta Amoroso (Universidade de São Paulo, Brasil); Edgar Bolívar-Urueta, Universidad Nacional de Colombia.

Em todo a América Latina, a presença indígena nas cidades se faz cada vez mais marcante. Se, por um lado, isso se deve ao aumento de migrações e de trânsitos entre aldeia e cidade, propiciados por motivos diversos, por outro, o que assistimos crescer hoje é muito mais a visibilidade dessas populações que apenas seu número – a presença indígena nas cidades não é de forma alguma um fenômeno novo. Mas a despeito de alguns trabalhos pioneiros, é apenas em anos recentes que a antropologia latino-americana tem se dedicado mais sistematicamente ao tema. Os contextos, entretanto, são muito diversos: há comunidades indígenas vivendo em grandes cidades, há aldeias coladas à pequenas cidades regionais, há pessoas (de uma única ou de várias etnias) que se organizam em rede nos mais diversos contextos urbanos (incluindo metrópoles e capitais), há casos em que a presença na cidade é mais transitória, por motivos variados, há cidades que podem ser ditas “indígenas” e tantas outras situações mais. Cabe notar ainda que as histórias particulares dos vários países colocam questões específicas. Também a variedade de temas e problemas que essas situações suscitam é ampla: da territorialidade ao aspecto econômico, das relações de parentesco a direitos territoriais, das transformações indígenas às relações assimétricas de poder para com o Estado e/ou a população regional além, certamente, de colocar questões ordem metodológica. O objetivo desse simpósio é reunir pesquisadores e pesquisadoras indígenas e não-indígenas que venham se debruçando sobre a presença indígena nas cidades para promover um debate comparativo que, articulando diferentes perspectivas etnográficas e históricas, possa tanto dimensionar e enriquecer as pesquisas em andamento sobre o tema, quanto estimular investigações futuras.

ST 02 | Actores, figuras y estrategias de mediación en la impartición de justicia en causas con indígenas (América Latina, fines XVIII- mediados XX)

Núria Sala i Vila (Universitat de Girona, Italia); Mirian Galante (Universidad Autónoma de Madrid, España).

Existe un consolidado consenso historiográfico acerca de que la construcción de las repúblicas latinoamericanas se imaginó sobre el paradigma de la homogeneidad y de que la existencia de instituciones, jurisdicciones o figuras jurídicas que reconocían el principio de excepcionalidad o de particularidad jurídica en el siglo XIX eran expresión de la prolongación de un sistema propio del Antiguo Régimen o de la debilidad, incapacidad o insuficiencia del recién asentado Estado liberal. El presente simposio propone repensar este tópico, desde la perspectiva de la particularidad indígena. ¿Qué consecuencias tuvo la desaparición del protector de indios o del Tribunal General de indios en las causas en las que estaban afectados estos sujetos? ¿Se desarrollaron otro tipo de estrategias para tratar de actuar de manera particular sobre estas causas?

¿Cómo actuaron las comunidades indígenas? ¿A qué tipo de figuras jurídicas, instancias de mediación o de defensa recurrieron para desarrollar sus causas? ¿Siempre se consideró negativamente la pervivencia de este tipo de excepcionalidades? ¿Cómo se interpretó en el debate público la existencia de una tradición jurídica que reconocía un estatus particular al indígena?

ST 03 | Andanzas territoriales indígenas en América Latina: trayectorias y recomposiciones contemporáneas

Bastien Sepulveda (Université de Lille, Francia); Emerson Guerra (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil); Roberta Arruzzo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil).

Este simposio propone contribuir, desde una perspectiva comparativa, a una mejor comprensión de las realidades territoriales indígenas en América Latina. Mientras nuevos focos de conflicto se siguen abriendo frente al incesante despliegue de las economías neoliberales, resulta de suma urgencia repensar las realidades territoriales indígenas y entender mejor tanto las apuestas planteadas por el reconocimiento del derecho indígena al territorio, como las recomposiciones territoriales contemporáneas y las dinámicas que las sustentan. Desde las comunidades históricamente situadas en espacios rurales hasta los centros urbanos donde reside una población indígena cada vez más numerosa, se buscará recorrer los múltiples lugares que articulan, configuran y dan sentido a estas territorialidades. Así también, se explorarán los espacios materiales y/o simbólicos de conflicto, dominación, resistencia y creatividad en juego a través de los actuales procesos de reconstrucción territorial indígena. A través de trabajos procedentes de distintas regiones, variadas situaciones territoriales y formulados desde diversos campos temáticos y teóricos, tanto de la geografía como de disciplinas afines, se espera procurar un acercamiento y un diálogo fecundos en pos de un análisis comparado al servicio de un mejor entendimiento de las geografías indígenas en América Latina.

ST 04 | Arqueología – Etnografía – Patrimonio: articulaciones, disputas y agenciamentos para la construcción de patrimonios interculturales con los pueblos indígenas

Walmir Pereira (Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil); Victor Falcon Huayta (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Perú); Stella Maris Garcia (Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social, Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, Argentina).

Este simposio propone abrir un espacio para dialogar y reflexionar sobre la posibilidad de articular la Arqueología y la Etnografía con el campo sociocultural y político del patrimonio cultural material/tangible a propósito de los estudios sobre Patrimonio. Tomamos como punto de partida la cuestión de la “materialidad” de las producciones humanas que nos lleva a subrayar el rol de las disciplinas científicas aludidas. Por un lado, el aporte de los contextos arqueológicos relevantes para la consideración y re-evaluación de sitios o complejos de edificaciones que, incluso, pueden ostentar

representaciones de diversa naturaleza que, sin embargo, son re-interpretadas en una virtual puesta en valor en función del turismo y sus expectativas. Por otro, la certidumbre de que la perspectiva etnográfica habilita canales de comunicación e intercambio con los pueblos y colectividades indígenas referentes a esos “objetos materiales” que explican y/o admiten apropiaciones, rechazos, valoraciones y prioridades de lo que puede o no ser convertido en bien patrimonial y, eventualmente, ser tratado desde la gestión cultural. Fundamenta nuestra inquietud la necesidad de encontrar otros caminos que posibiliten la deconstrucción colonial de patrones de interpretación de la vida social de grupos humanos cuyos saberes ancestrales fueron sistemáticamente invisibilizados pero sus producciones materiales reificadas en las vitrinas de los museos o los monumentos puestos en valor. Esperamos recibir trabajos que den cuenta de experiencias de investigación localizadas, que problematicen aspectos teórico-metodológicos ligadas a la articulación disciplinar propuesta y/o apunten a desentrañar las tensiones emergentes ante la factibilidad de construir patrimonios interculturales en la compleja sociedad contemporánea.

ST 05 | Artes indígenas e patrimônio na América Latina - México, Venezuela e Brasil

Larissa Lacerda Menendez (Departamento de Artes Visuais, Universidade Federal do Maranhão, Brasil); Cesar Anibal Transito L. (Universidad Nacional Autónoma de México, México); Nalúa Rosa Silva Monterrey (Centro de Investigaciones Antropológicas de La Universidad Nacional Experimental de Guayana, Venezuela).

Este simpósio tem como objetivo mostrar o patrimônio da cultura material indígena em estudos latino-americanos a partir da análise de dados bibliográficos em estudos sobre artes indígenas no México, Venezuela e Brasil, assim como dar visibilidade às produções indígenas coletivas e autorais na atualidade. O simpósio visa problematizar essas produções e suas abordagens teóricas a partir da perspectiva decolonial.

ST 06 | Biografias e histórias de vida como porta de entrada para compreensão de povos indígenas

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Diego Escolar (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET y la Universidad Nacional de Cuyo – UNCuyo, Argentina).

O objetivo desse simpósio temático é reunir pesquisadores de diferentes países e formações disciplinares para abordar os povos indígenas, sua história e cultura, através de experiências muito concretas vividas numa dimensão temporal, representada por relatos biográficos, histórias de vida e trajetórias. Parafraseando Marc Bloch o que nos desperta a atenção, tal como aos ogros nos contos de fadas, são os variados cheiros de humanidade, em que os movimentos coletivos podem ser lidos, ilustrados ou contrapostos a percursos individuais. Ou seja, casos em que ideologias e concepções de mundo se somam ou conflitam com as práticas sociais, em que projetos e estratégias se relacionam com as emoções e com disposições inconscientes. Em que o social não se apresenta como uma totalidade orgânica nem o cultural como uma qualidade a priori e determinante, mas como um processo constitutivo, expressando um jogo de forças

contraditórias e sobrepostas. As clássicas histórias nacionais, assim como os estudos antropológicos sobre povos indígenas específicos, frequentemente tomam aos indígenas como personagens secundários - ou mesmo paradoxalmente exteriores - à formação nacional ou a sua contemporaneidade no mundo globalizado. A intenção deste Simpósio Temático, é propiciar um espaço para as pesquisas em andamento sobre a história indígena e a presença dos indígenas em histórias nacionais ou transnacionais, com destaque para a descrição e análise das formas de dominação em que estiveram/estão inseridos, os modos de organização de suas culturas e o simbolismo de suas estratégias sociais, políticas e religiosas.

ST 07 | Construcción del discurso narrativo contra-hegemónico, diálogo intercultural y epistemologías diversas

Inés María de los Angeles Cornejo Portugal (Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa, México); Cornelia Geibeler (Universidad de Ciencias Aplicadas Bielefeld, Alemania); Isabela Cordunianu (Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México).

Proponemos intercambiar experiencias analíticas sobre las “narrativas en confrontación” en temas de juventud, migrantes y retornados indígenas, comunidades LGBT+, como formas de mirar al “otro” en el espacio público para poner en tensión el diálogo de espiritualidades, epistemologías, narrativas, representaciones y autorepresentaciones de subalternos y hegemónicos en América Latina. En el siglo XX las ciencias sociales dieron un “giro lingüístico” enmarcado por Derrida, Guatarri, y Deleuze, y los estudios poscoloniales (Escuela de la India y de América Latina). De esta filiación se desprende Spivak, cuya obra aporta a la literatura decolonial actual (Spivak, 1988). Por “pensamiento narrativo” entendemos “un tipo de conocimiento particular mediante el cual otorgamos inteligibilidad al mundo, lo significamos y somos significados” (Hernández Salamanca, 2010). Las narrativas se encuentran en conflicto o en negociación cuando se disputan espacios de poder (factual, político, simbólico o de enunciación). En el simposio invitamos ponencias y otro tipo de productos multimodales (audio/visual) que discutan saberes hegemónicos y subalternos y sus momentos de (des)encuentros, desde las perspectivas de la literatura decolonial actual para propiciar el diálogo intercultural en espacios públicos diversos como lo propone Sousa Santos en su “conception intercultural” (Sousa Santos: 2013).

ST 08 | Da subordinação à (difícil) construção de relações pluriétnicas e plurinacionais IV

Lino João de Oliveira Neves (Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Amazonas, Brasil); Patricia Zuckerhut (Universidad de Viena, Austria); Carlos Rafael Rea Rodríguez (Universidad Autónoma de Nayarit, México).

Este Simposio pretende agregar activistas y profesionales de los distintos campos de las humanidades, para profundizar la reflexión crítica sobre el proceso continuado de anulación y eliminación de los sistemas nativos de producción de conocimiento impuesto por la modernidad europea en todas las partes del mundo, en particularmente

en América Latina. Tomando como punto de partida la resistencia de los pueblos indígenas el simposio pretende dar atención especial a la escalada de violencia practicada por el (neo)extractivismo, en particular en lo que se refiere a la situación de los pueblos aislados, que a cada paso se vuelve más trágica, con sus espacios vitales de supervivencia – sus territorios – cada día más amenazados por frentes de explotación (maderera, petrolera y mineraria) y el agribusiness, no quedandoles más espacios para defender sus mundos. Como en ediciones anteriores (I CIPIAL, Oaxaca/2013; II CIPIAL, Santa Rosa/2016 y 56 ICA, Salamanca/2018), el Simposio invita a los participantes a avanzar en la búsqueda de fundamentos teórico- -conceptuales y de estrategias políticas de superación de situaciones de subordinación epistemológica, cultural, social y política y la deconstrucción del colonialismo que históricamente los pueblos indígenas están sometidos y la búsqueda, igualmente necesaria, de construcción de relaciones multiétnicas y multinacionales más acordes con la realidad de las sociedades plurales existente en América Latina y en todas las partes del mundo.

ST 09 | Diálogos interdisciplinares de temas transversais à educação formal e informal nos espaços escolares e não escolares da Educação Indígena

Irani Lauer Lellis (Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil); Antônia Lemos Braga Moraes (Faculdade Educacional da Lapa, Brasil); Riquelme Mella Enrique Hernan (Universidade Católica De Temuco, Chile).

Debates sobre o indígena em contexto ampliado de inserção como: processos políticos, econômicos, mercado de trabalho e universidade é frequente e verifica-se o aumento de intervenções educativas para esses povos. Todavia, abordar essa discussão exige diferentes perspectivas que transcendem o contexto e temáticas formais da educação. Assim, este simpósio pertencente ao eixo: Educação Para a Diversidade convoca pesquisadores da educação, psicologia, antropologia e áreas afins para dialogar temas transversais (afetividade, habilidades sociais, cognições, crenças, metas, práticas e valores de professores e alunos indígenas, interações sociais) da educação, vivenciados nos espaços escolares e não escolares, visando traçar novos rumos sobre a educação formal e não formal dos povos indígenas, compreendendo a importância de pesquisas nessa temática no sentido de refletir nos desafios encontrados e superá-los movimentando as fronteiras científicas e desmistificando noções reificadas e generalizadas sobre os povos indígenas. Este simpósio objetiva: 1) Debater experiências educacionais não formal para índios. 2) Analisar diversos temas transversais que são subjacentes a educação. 3) Sistematizar experiências atuais para a educação indígenas. 4) Aprofundar estudos de temas transversais na educação indígena em contexto escolar e não escolar na educação formal e informal.

ST 10 | Direito de ser e existir: relatos de resistência dos povos indígenas no Brasil

Luiz Felipe Barboza Lacerda (Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e Observatório Nacional de Justiça Socioambiental – OLMA, Brasil); Jonny Giffonis (Ministério Público Regional do Pará, Brasil); Aurilene da Silva (Centro Alternativo de Cultura – CAC/PA, Brasil).

Através do relato de lutas e resistências de populações indígenas Maruanas, Kambebas e Assurini o simpósio busca apontar e debater os desafios enfrentados pelas populações indígenas na garantia de seus direitos frente aos processos de reconhecimento étnico, regularização de terras tradicionais e consulta prévia, no tocante a relação com o estado brasileiro. Os relatos demonstram como, através das organizações indígenas, da representação política, mas também da arte, da música e da poesia, desenvolvem-se estratégias de enfrentamento e superação destas históricas problemáticas. Ampliando a interlocução e a possibilidade de compreender tais desafios e alternativas a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, contaremos com análises colaborativas aos relatos indígenas dentro das perspectivas do direito, da psicologia, do serviço social e das ciências sociais.

ST 11 | Direitos indígenas, pós-modernidade e epistemologias decoloniais

Luiz Fernando de Oliveira (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Eva Cristina Franco Rosa dos Santos (Universidad do Museo Social Argentino, Argentina).

Diante da visão opressora acerca do outro legada pelo séc. XX e suas guerras neocolonialistas, como as famosas I e II Guerras Mundiais, as quais ocorreram em contextos de uso da violência contra os povos considerados inferiores por potências europeias, surgiram teorias do conhecimento que buscaram dirimir as visões dos povos nativos baseadas na hierarquia classificatória pautada no eurocentrismo. Ao final do séc. XX populariza-se o paradigma pós-moderno, com base no esgotamento das teorias materialistas de grande vulto nos anos 1970, que apesar de grande valia para as teorias contra a opressão social, não permitiam um recorte mais focado no estudo das diferenças culturais. Surge então uma forma de pensar o moderno vinculada à decadência das grandes narrativas generalistas, o assim chamado pós-moderno abre-se para a pluralidade, a ausência de narrativas globalizantes. O indígena, então, passou a figurar não apenas como local de estudos acerca do social, mas também como fonte de saberes, as narrativas plurais promoveram o surgimento de espaços epistemológicos para abrigar essa alteridade, bem como o surgimento de dispositivos jurídicos inseridos em diversas cartas constitucionais, resultando, posteriormente, no início do séc. XXI, em políticas públicas de inclusão. O presente simpósio visa, portanto, fortalecer o argumento da pluralidade, abrigando comunicações que tenham por base as epistemologias não vinculadas às violências neocoloniais, contribuindo para a ampliação dos direitos indígenas. Busca-se com esse simpósio, desta feita, abrigar comunicações que abordem a questão dos direitos indígenas, sua base teórica, suas aplicações práticas sejam em termos de pesquisa ou em termos de atuação tanto estatal quanto da sociedade civil. Serão aceitas comunicações baseadas em quaisquer recortes temporais e espaciais, o simpósio está pautado ainda na interdisciplinariedade.

ST 12 | Educação superior, diversidade cultural e interculturalidade: avanços e desafios no acesso e na permanência em universidades latino-americanas

Rita Gomes do Nascimento (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, Ministério da Educação - MEC, Brasil); João Francisco Kleba Lisboa (Universidade Federal do Paraná, Brasil).

Espaço para debater sobre o acesso e a consolidação do direito à educação superior, para os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais na América Latina. Nele propõe-se a reflexão a partir de políticas de acesso, permanência e convivência nas instituições de educação superior. No contexto brasileiro se destacam os cursos interculturais, tais como os cursos de formação de professores indígenas e as políticas de cotas que incidem no acesso desses grupos a curso de graduação e de pós-graduação. Neste espaço de debates compreende-se que não se deve dissociar a educação das demais questões prementes a esses povos e comunidades tradicionais, uma vez que ela tem papel histórico determinante em suas relações com as sociedades nacionais envolvidas, além de se apresentar imbricada em suas diversas demandas atuais e projetos de futuro. A concepção intercultural, por sua vez, serve não apenas para discutir a educação escolar indígena e quilombola e a inserção desses “outros” na rede pública de ensino básico e no ensino superior, mas ocupa lugar central em projetos intersocietários de dimensões éticas, políticas e epistêmicas mais profundas. A inserção em contextos mais amplos, portanto, assim como a comparação a partir de experiências vivenciadas por esses sujeitos nas Américas, serão meios importantes para refletir os avanços e desafios em torno dessa temática.

ST 13 | Educação, escola e crianças indígenas: apropriações, re-existências e contradições

María Aparecida Bergamaschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil); Olga Lucía Reyes Ramírez (Universidad Nacional Abierta y a Distancia - UNAD, Colombia).

Na história recente dos povos indígenas da América a educação e a escola tem-se reconfigurado. Espaços antes utilizados para colonizar são hoje plataformas de trabalho cultural, político e comunitário dos povos indígenas. Estes movimentos de apropriações e re-existências, se alimentam de variadas fontes e se potencializam em meio a múltiplas contradições. Materializam-se ao levar para a escola elementos culturais como a língua, as tradições e saberes próprios, a palavra dos mais velhos e a crescente atuação de professoras/es indígenas. O lugar das crianças nesses processos é fundamental. As formas de ser-estar crianças indígenas questionam as práticas escolares conservadoras, como, por exemplo, os modos de aprender, ensinar e construir conhecimentos. No caminho de fortalecimento e afirmação, multiplicam-se as políticas educacionais, tendentes a dinamizar e potencializar lugares de existência das comunidades indígenas, legitimando a criação de escolas e práticas educativas diferenciadas, construídas sob a liderança dos próprios indígenas. Os novos contextos e formas de luta das comunidades apontam a necessidade de continuar agenciando processos educacionais e escolares desde perspectivas interculturais, participativas, diferenciadas, respeitando a autonomia dos povos, gestores de suas próprias trajetórias. Nesse simpósio, propomos reflexões multidisciplinares acerca desses movimentos que anunciam apropriações, re-existências e contradições no campo da educação e das escolas indígenas.

ST 14 | Epistemologías de la sostenibilidad en mundos indígenas de América Latina

Jorge Legoas (Universidad Central del Ecuador, Ecuador); William Andrés Martínez Dueñas (Universidad del Magdalena, Colombia).

El campo de la “sostenibilidad” - idea que apunta a una partición particular de lo sensible, si no acaso de lo posible - es una arena abierta a una lucha de sentido cuyo espectro va desde el propio informe Brundtland hasta cosmologías y prácticas indígenas de relación con su medio, pasando por las visiones de diferentes agentes intermediarios que tienen por función conectar ambos extremos. Esta larga cadena de actores, además, sugiere la existencia de mundos en tensión o inconmensurables en los cuales naturalezas propias, espacio-temporalidades diversas y apuestas particulares están en juego. Este simposio busca explorar los elementos siguientes: 1) Formas de significar y conseguir lo sostenible en narrativas y prácticas de actores económicos, de gobierno, o de promoción del desarrollo que alcanzan en alguna medida —o apuntan expresamente— a grupos indígenas. 2) Principios cosmológicos, subjetivaciones y prácticas políticas, horizontes de lo posible y aspiraciones colectivas (así como eventuales sentidos locales de la sostenibilidad) que son performadas por sujetos indígenas y que potencialmente enfrentan, sortean, dialogan, o son negociadas con las primeras. 3) La diversidad de mundos o naturalezas que resultan de ambas aproximaciones a lo “sostenible” y que coexisten en tensión. Serán presentadas reflexiones con un asiento empírico en narrativas o prácticas de mundos indígenas de diversas regiones de América Latina, en las que se esboce uno o más de estos elementos.

ST 15 | Epistemologías diversas: corporalidades, sanación y entornos sociales

Vicente Torres Lezama (Universidad Nacional de San Antonio Abad del Cusco, Perú); Yuribia Velázquez Galindo (Instituto de Antropología, Universidad Veracruzana, México).

A lo largo de la vida, los seres humanos enfrentan situaciones en que su salud se deteriora. Las prácticas con las cuales se busca alcanzar el restablecimiento de la salud son diversas y tienen su fundamento en sistemas específicos de significados que se articulan bajo lógicas propias estableciendo formas particulares de definir los diversos seres que habitan el entorno, sus corporalidades, sus enfermedades y modalidades de sanación: enfocadas tanto a los seres humanos, como a los no humanos como los ríos, lagunas, montes y animales, entre otros. Tanto las prácticas de sanación como los saberes que las sustentan son un producto histórico generado y depurado a través del tiempo por los pueblos indígenas colaborando a la construcción del amplio repertorio de alternativas posibles que hemos generado como especie para resolver los problemas que nos aquejan. Consideramos que es de gran importancia analizar estos conocimientos especializados que continúan transmitiéndose de generación en generación como parte de un legado valioso al interior de los hogares a pesar de que históricamente han sido demeritadas y calificadas como insuficientes o no competentes por la modernidad -el modelo cultural hegemónico-, sólo porque corresponden a sistemas de pensamiento de personas que ocupan lugares subordinados de la sociedad. Estas prácticas de sanación validadas negativamente y que, además, atienden enfermedades consideradas como no existentes son un ejemplo claro de la construcción de la ausencia, en términos de Boaventura de Souza Santos. Este simposio es un esfuerzo colectivo por reconocer, analizar y reflexionar teóricamente sobre estos

complejos corpus de conocimiento sobre el ser humano y su entorno, desde una perspectiva crítica y respetando la voz de los actores, con la idea no sólo de identificar los límites explicativos de nuestros modelos teóricos actuales, sino de atisbar en otras realidades posibles.

ST 16 | Estratégias decoloniais de produção de conhecimentos e fortalecimento das identidades indígenas

Elias Nazareno (Universidade Federal de Goiás – UFG, Brasil); Jorge Kulemeyer (Universidad Nacional de Jujuy, Argentina).

A proposta pretende apresentar o resultado das pesquisas que vem sendo realizadas nos últimos 10 anos e que estão vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG e ao curso de Educação Intercultural Indígena - CEII da UFG, Núcleo de Formação Superior Indígena Takinahakỹ da Universidade Federal de Goiás – UFG e ao Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade – NUHAI/UFG. Nela, compartilhamos algumas reflexões acerca da nossa experiência como docentes no curso de História e no CEIII. Neste último, como orientador de estágio e dos projetos extraescolares dos discentes indígenas do povo indígena Javaé /Berò Biawa Mahãdu desde 2010. Entre os objetivos da proposta destacam-se a articulação das estratégias decoloniais de produção de conhecimentos, fortalecimento das identidades indígenas e como elas podem contribuir na compreensão das narrativas do povo Javaé. A proposta insere-se na perspectiva dos estudos desenvolvidos sob o enfoque da Interculturalidade crítica, da decolonialidade e do enfoque enactivo, aproximando-se à fenomenologia do lugar. (THIAGO, 2007; ESCOBAR, 2005 e 2013; NAZARENO e STIVAL, 2013). Pretende ampliar as possibilidades de dialógico e de articulação pluriépistemológica que leve em conta a hermenêutica dos múltiplos saberes e fazeres nas relações entre história, tempo e lugar e a utilização e significado destes conceitos para os indígenas do povo Javaé da etnoregião Araguaia-Tocantins.

ST 17 | Gobierno de los recursos naturales y procesos de comunalización/descomunalización en los pueblos indígenas, siglos XIX-XXI

Eric Léonard (Institut de Recherche pour le Développement – IRD, Francia); Antonio Escobar Ohmstede (Instituto de Investigaciones Históricas – IIH, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS, Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM, México).

El panel se propone examinar los procesos y lógicas sociales de “comunalización” y “descomunalización” que han experimentado los pueblos indígenas y campesinos en diversos países de América Latina, en términos de transformaciones de las organizaciones sociales, los sistemas de gobierno y las instituciones sociopolíticas entre la mitad del siglo XIX y las dos primeras décadas del siglo XXI. Este periodo ha sido marcado por repetidos intentos estatales por redefinir los derechos de propiedad ejercidos por y dentro de las comunidades rurales –leyes liberales de desamortización y privatización de los terrenos comunales del siglo XIX; reformas agrarias del siglo XX; reformas neoliberales de las últimas tres décadas– que han tenido impactos

diferenciados en términos de reconfiguración de las organizaciones sociopolíticas locales y sus relaciones con las sociedades nacionales y los mercados. En su mayoría estas reformas legales han soportado proyectos de reconfiguración, de disolución, o de genuina construcción comunitaria, en pos de integración al Estado y la sociedad nacional, y/o de creación de una utopía comunitaria –en forma de pueblo, cooperativa o empresa colectiva. Tanto las reformas (neo)liberales como las reformas agrarias han sido enfrentadas o por el contrario apoyadas por ciertos sectores dentro de las sociedades locales que perseguían intereses y objetivos heterogéneos. Dieron lugar a procesos de alianza entre estos sectores, el aparato estatal y empresarios privados, o por el contrario a coaliciones locales que las confrontaron y resistieron a su implementación, con incidencias, en ambos casos, en la reconfiguración de las formas comunitarias. En la mayoría de los casos, el producto de esas reformas no fue el desplazamiento de las antiguas normas de regulación de la propiedad por los nuevos sistemas de derechos, sino la superposición de registros normativos y sistemas de autoridad, tanto en lo agrario como en lo político. La propuesta de panel se focaliza en las dinámicas de los regímenes locales de gobernanza de los recursos naturales (tierras, aguas, bosques, yacimientos minerales y en el periodo reciente, germoplasmas, potencial eólico y fotoeléctrico...) y de los hombres, y en las formas de imbricación que estos regímenes potencian entre bienes comunes y bienes privados, así como entre comunidades de pertenencia (local, étnica, nacional, etc.), a partir de la definición del contenido de los derechos de propiedad y de la legitimación social de las instancias habilitadas a regular el ejercicio de esos derechos. El objetivo principal es poner en discusión y debate las regularidades y singularidades observables a través del tiempo y del espacio entre diversos procesos situados de cambio institucional relacionados con reformas legales de los regímenes de propiedad de los recursos naturales, y sus incidencias sobre las formas de gobierno político y las relaciones entre comunidades locales, Estados, mercados y sociedades nacionales. Se espera de las ponencias que examinen en particular la dinámica de las relaciones entre concepciones locales, leyes y reglamentos oficiales y prácticas de actores económicos exteriores relativamente a las formas de imbricación y disociación entre propiedad común o comunitaria (reflexionando en el perímetro y sentido de lo que se concibe como comunidad) y propiedad individual o privada (interrogando asimismo los límites entre lo individual y lo familiar, así como el perímetro de esta noción).

ST 18 | Gulumapu-Araucanía, Pampas y Patagonia, nodos de resistencia política, siglos XIX y XX

Cristián Perucci González (Departamento de Ciencias Sociales, Universidad de la Frontera, Chile); Ingrid de Jong (Instituto de Ciencias Antropológicas, Universidad de Buenos Aires, Argentina).

Regiones como el Gulumapu-Araucanía, las Pampas y la Patagonia han sido descritas como nodos de resistencia política indígena insertos en los circuitos mercantiles sudamericanos. En los siglos de colonialismo hispano, estos lugares albergaron sociedades con altos grados de autonomía económica, territorial y cultural. Sociedades dinámicas, abiertas a influencias, cosmopolitas, cuyas características no siempre mermaron tras la expansión de los Estados chileno y argentino que anexaron su

territorio. Nuestro llamado es a debatir en torno a las formas en que estos nodos de resistencia se han relacionado con el orden republicano en los últimos doscientos años ¿Cuáles rasgos fenecieron y cuáles aún se resisten a la desaparición? ¿Podemos seguir hablando de resistencia? Los objetivos son pensar la experiencia de los diversos actores implicados, sus estrategias, el papel de líderes y mediadores. Analizar las transformaciones territoriales, la evolución de los circuitos económicos, demográficos y de las lógicas sociales, el impacto de la guerra y la enajenación de tierras. Interpretar el funcionamiento de la política indígena dentro de los marcos estatales, cotejando las condiciones, alcances y resignificaciones de la ciudadanía política para los pobladores indígenas. Igualmente nos interesa discutir sobre las ventajas y limitaciones que presentan la historia y la memoria (en tanto que técnicas y representaciones) al momento de conocer el pasado y entender el presente.

ST 19 | Historia Indígena y Archivos: trayectorias, materialidades, debates

Lorena Beatriz Rodríguez (Universidad de Buenos Aires/CONICET, Argentina); Xochitl Inostroza (Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos, Universidad de Chile, Chile).

Continuando con un diálogo iniciado en Santa Rosa (2016), durante el 2do CIPAL, este simposio tiene por objeto debatir diversos temas que competen a la Historia Indígena y su relación con los archivos. Este 3er Congreso nos convoca a identificar trayectorias, narrativas, epistemologías plurales y retos comunes; desafíos que pueden aplicarse también al debate sobre cómo se ha construido la historia indígena, a partir de qué posiciones de producción o enunciación, dando cuenta de la diversidad de materialidades, corporalidades y lógicas que constituyen archivos, documentos y/o soportes de memoria. Frente a la reemergencia de las identidades indígenas en todo el continente, a la revitalización de las luchas territoriales, socio-culturales y políticas, tenemos el desafío de seguir reflexionando sobre los recursos discursivos, los dispositivos de archivación, las materialidades que circundan a los archivos desde los cuales se abordan temáticas referentes a la historia de los pueblos originarios. Continuaremos entonces repensando la diversidad de archivos, las distintas metodologías con las que la Historia Indígena se enfrenta a ellos, los cambios y continuidades de archivos clásicos, así como la emergencia de nuevos referentes de resguardo de la memoria. Invitamos a investigadores de diversos campos disciplinares, sin restricción de temporalidades (desde el mundo prehispánico hasta nuestros días) a conversar y debatir sobre este aspecto de nuestras labores académicas y sociales.

ST 20 | Identidad étnica y patrimonio biocultural. Producción económica y reproducción social: aportes a la sociedad global

Carolina Andrea Maidana (Universidad Nacional de La Plata – UNLP; Universidad Nacional de Quilmes - UNQ/CONICET, Argentina); María Amalia Ibañez Caselli (Universidad Nacional de La Plata - UNLP, Argentina; Universidad Antonio Ruiz de Montoya - UARM, Perú); Carlos Ariel Mueses (Universidad del Cauca, Colombia).

El presente simposio se presenta en la necesidad de continuar los debates establecidos en el II CIPAL, como un espacio para la reflexión y producción de conocimiento sobre

los usos que diferentes pueblos indígenas hacen de su patrimonio biocultural y su articulación con propuestas de producción económica y reproducción social. La preocupación por la relación entre las poblaciones humanas, la cultura -entendida como proceso de producción de bienes materiales y simbólicos- y el territorio está presente en la antropología desde sus inicios y, en las últimas décadas, se ha centrado en el análisis de la industrialización, la integración mercantil ecuménica y la intensificación del comercio, así también como en formas “tradicionales” de producción e intercambio de bienes, que se presentan como alternativas a los procesos antes mencionados. El desarrollo industrial que posibilitó la integración mercantil y la intensificación de los vínculos comerciales condujo también a la deforestación, el agotamiento de los suelos y la sobreexplotación de recursos, dando lugar a un profundo debate político ambiental en la década de 1970. En sus inicios la idea de desarrollo se unió a la de medio ambiente en el concepto de ecodesarrollo -precursor de la posterior noción de desarrollo sustentable- así como a la de cultura a partir del denominado etnodesarrollo. Señalando tempranamente, de esta forma, la posibilidad de pensar y materializar otras lógicas de producción y reproducción, en un marco de diálogo intercultural de saberes propios y occidentales, donde puedan darse de manera conjunta el crecimiento económico y social, el cuidado medioambiental y la afirmación identitaria. Diversas economías productivas y gestiones medioambientales colocan hoy el acento en particulares concepciones y relaciones con el territorio (donde todo tiene vida: aire, tierra, agua, cosmos). El “conocimiento indígena” y “popular” sobre el mismo ocupa un lugar central junto a las denominadas economías “étnicas”, “propias”, “solidarias”, “populares” o “con identidad” como alternativas a las formas hegemónicas de producción y reproducción social. Es en este sentido que proponemos compartir experiencias de trabajo con recursos patrimoniales y en el desarrollo de proyectos sostenibles (turísticos, educativos, económicos, de gestión cultural, manejo territorial, entre otros) y actividades que -desarrolladas en distintos ámbitos- tengan un impacto directo en la preservación, el diálogo de saberes y la puesta en valor del patrimonio biocultural. Invitamos a académicos, activistas de organizaciones indígenas y campesinas, así como a funcionarios estatales a presentar ponencias que muestren experiencias y/o aborden reflexiones en torno al desarrollo de prácticas económicas, socioculturales, educativas con identidad que involucren a poblaciones y organizaciones indígenas y/o campesinas en Latinoamérica a favor de una mejor calidad de vida de la sociedad.

ST 21 | Indígenas en contextos urbanos latinoamericanos y caribenhos

Fernando Urrea-Giraldo (Facultad de Ciencias Sociales y Económicas de la Universidad del Valle, Colombia); Waldor Federico A. Botero (Universidad del Pacífico, Colombia); Jairo Alexander Castaño (Universidad de Brasília, Brasil).

El proceso de migración rural-urbana que ocurre tanto al interior de los países de América Latina y el Caribe como a nivel transnacional, muestra que la tendencia global hacia la urbanización y el crecimiento demográfico de las ciudades ha avanzado a pasos agigantados en la región. En el caso de los pueblos y comunidades indígenas, aunque la mayoría continua viviendo en zonas rurales, por lo menos desde la década de los 90 es cada vez más evidente para los investigadores en ciencias sociales y hacedores de

política pública, que el fenómeno de la migración indígena hacia zonas urbanas –de forma voluntaria o involuntaria-, es una realidad que ha reconfigurado las dinámicas de población en las ciudades latinoamericanas. Varios factores han incidido fuertemente para que personas e incluso comunidades indígenas migren hacia las ciudades, uno de los principales es la pérdida de la tierra/territorio por procesos de desplazamiento forzado en zonas de interés económico y fuerte presencia militar. La pobreza que se vive en las zonas rurales es otro de los factores que estimulan la migración indígena rural-urbana así como los desastres naturales, la precarización o deterioro de los medios de vida tradicionales, la falta de alternativas económicas viables y de oportunidades de empleo, y el hecho que muchos hombres y mujeres indígenas –sobre todo más jóvenes- perciben mejores oportunidades de vida en las ciudades. La presencia indígena en las metrópolis latinoamericanas es histórica y está marcada por experiencias de explotación, exclusión, segregación socio-residencial y racismo. En la mayoría de los casos la población indígena que habita las ciudades engrosa los cinturones de miseria, las niñas, niños y jóvenes no cuentan con acceso a educación (mucho menos diferencial), generalmente las familias viven en zonas que son vulnerables a los desastres naturales y que no cuentan con infraestructura de servicios públicos básicos como agua, energía y saneamiento, ni con acceso a los servicios de salud. Todo lo anterior contribuye a reproducir los procesos de violencia, exclusión social y marginalidad que muchas veces lleva a los pueblos y comunidades indígenas a abandonar sus lugares de origen. En términos del acceso al poder político, en las ciudades de América Latina y Caribe encontramos diversas realidades que muestran casos en los que algunos pueblos y comunidades indígenas logran utilizar el sistema político para mejorar su situación, mientras en otros casos ni siquiera existen mecanismos institucionales de atención y relacionamiento del Estado con los pueblos y comunidades indígenas. Otro de los graves problemas que afecta a los indígenas en las zonas urbanas tiene que ver con las experiencias de discriminación y racismo que viven en el día a día, lo cual genera dificultades para practicar su lengua propia, sus tradiciones, su identidad y su cultura así como para educar a las futuras generaciones, lo que puede tener como resultado una trágica y dolorosa pérdida de la identidad cultural. No obstante lo anterior, las ciudades también son el escenario de interesantes e intensos procesos de re-etnización y reconfiguración de las identidades indígenas que presentan estimulantes desafíos teórico metodológicos así como políticos. La reconfiguración territorial y las novedades en la interlocución con el Estado que han desarrollado las demandas más recientes de reconocimiento étnico urbano surgidas en la ciudad, muestran la variedad de formas como se manifiesta la etnicidad indígena en el espectro político y como desafía las formas más tradicionales del Estado y la política local. En términos generales, la propuesta de este simposio parte de un enfoque inter/multidisciplinar y comparativo, para discutir ampliamente los procesos de urbanización y la cada vez mayor presencia indígena en las ciudades debido a la migración rural-urbana, buscando describir, comprender y analizar la realidad que experimentan las poblaciones y sujetos indígenas en contextos urbanos y cuál es su situación en términos socio-demográficos, económicos, culturales, territoriales y socio-políticos.

ST 22 | Insurgências e resistências: a vida nas/das terras indígenas sob regimes autoritários

Marcela Stockler Coelho de Souza (Universidade de Brasília, Brasil); Júlia Otero dos Santos (Universidade Federal do Pará, Brasil).

As “soluções” jurídicas dadas pelos países latino-americanos ao “problema” das terras indígenas - isto é, a questão do reconhecimento e garantia de direitos de acesso, uso, ocupação, posse, propriedade etc da terra por parte dos coletivos indígenas que foram dela separados pela invasão e conquista europeias - são muito variadas e divergentes, Não obstante, há algo que todos parecem ter em comum: sua incapacidade de prover a essas terras as garantias e proteção almejadas. Isso se aplica mesmo às Constituições democráticas conquistadas após o ocaso dos regimes autoritários dos anos 1970 (Brasil 1988; Equador 2008, Bolívia 2009) e a despeito de todo o multiculturalismo que as inspirou (ou mesmo, em casos famosos, do reconhecimento que prestam à “Terra”/Pachamama como sujeito de direitos, num movimento explícito de aproximação e composição em princípios e valores oriundos das culturas e movimentos indígenas.). Os limites das soluções constitucionais, bem como dos dispositivos legais derivados ou das políticas públicas imaginadas nesse quadro, foram se evidenciando na medida mesmo em que esses dispositivos iam sendo colocados à prova no contexto político e conflitivo de sua implementação. Na mesma medida, aliás, em que se evidenciavam também a criatividade e a tenacidade dos modos de resistência desenvolvidos por diferentes povos e comunidades. Desdobrando-se em uma história de mais de meio milênio, esses modos de resistência são muito mais que táticas ou estratégias voltadas para o enfrentamento dos agentes econômicos ou do Estado interessados na expropriação e exploração das terras indígenas. Constituem modos de vida — mais que mera sobrevivência definidos ao mesmo tempo pelas formas de socialidade (intra e extra-humana) por meio das quais cada coletivo indígena se conhece e se define, e pela luta que sustenta essa socialidade, essa “cultura”, sob as condições que a dominação colonial (“interna”) requer. Em muitos de nossos países, o “tempo dos direitos” está agora ou ameaçado, ou no futuro. A capacidade de manter a vida — das pessoas e de todos os outros com quem elas vivem na terra, a vida da terra enfim — será, como foi, um recurso crítico nessas condições. Interessa-nos discutir experiências indígenas (de qualquer época histórica) que, expressando uma resistência que insiste em existir em seus próprios termos, contrapõem às narrativas mortais da nação e da propriedade as histórias de propagação e sustentação da vida (das pessoas, dos animais, plantas, espíritos e suas relações) de que tanto precisamos.

ST 23 | Invisibilidades impostas: o caso dos povos indígenas isolados no Brasil

Beatriz de Almeida Matos (Universidade Federal do Pará, Brasil); Uirá Felipe Garcia (Universidade Federal de São Paulo, Brasil); Clarisse do Carmo Jabur (Universidade de Brasília, Brasil).

No Brasil há o maior conjunto conhecido de povos indígenas em situação de isolamento na América do Sul, com estratégias de vida que visam maior controle das interações que estabelecem com outros coletivos. Os povos considerados como “isolados” desenvolvem, na verdade, estratégias de vida bastante diversas entre si, alguns rechaçam todo e qualquer contato com outras pessoas, tal como os isolados Awá no Maranhão, enquanto outros aparecem na margem dos rios periodicamente, tal como

os Mashco no Acre. Esses povos, por tal condição peculiar, encontram-se submetidos a extremas situações de vulnerabilidade, pelo avanço econômico sobre a floresta e em função da invisibilidade a que estão sujeitos. Há uma dificuldade de ter sua existência reconhecida, provada, suas formas peculiares de manifestação legitimadas, muitas vezes pela conveniência das forças hegemônicas estatais e econômicas. Manifestam sua existência e rechaço a relações que não desejam por meios bastantes peculiares, através de vestígios propositalmente produzidos, armadilhas, tapagens em caminhos, bordunas fincadas no chão, claros avisos: “eu existo aqui e daqui você não pode passar”. Nesse sentido, é fundamental estabelecer espaços de discussão sobre a formatação de suas expressões de autonomia, sobre suas formas peculiares de manifestação, desconstruindo o poder tutelar e fortalecendo o reconhecimento da autonomia desses povos.

ST 24 | Jóvenes indígenas en la educación superior de América Latina: sentidos de la profesionalización, nuevas experiencias de afirmación, de diálogo de saberes y de investigación-acción

Mariana Paladino (Universidade Federal Fluminense, Brasil); María Macarena Ossola (Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades, CONICET, Universidad Nacional de Salta, Argentina); Gabriela Czarny (Universidad Pedagógica Nacional, México).

Las políticas públicas de acción afirmativa, multiculturales e interculturales han impactado en los pueblos indígenas en las últimas décadas. En el caso de la educación superior, los jóvenes indígenas se involucran en carreras y programas de formación con el objetivo de adquirir herramientas que contribuyan en su lucha por derechos, la gestión territorial y la construcción de proyectos de sustentabilidad y autonomía en sus grupos o comunidades de pertenencia. En este simposio proponemos continuar con los debates iniciados durante el Primer CIPIAL, analizando los procesos educativos de nivel superior que transitan las y los jóvenes indígenas en diferentes contextos y países de la región. Buscamos generar diálogos sobre los sentidos que le atribuyen a la profesionalización, reconocer cuáles son las reconfiguraciones identitarias, lingüísticas, de género que atraviesan, así como la resignificación que los nuevos contextos provocan en los procesos juveniles que transitan. De manera particular, nos interesa reunir trabajos que, desde perspectivas cualitativas, socialicen nuevas formas de plantear la permanencia y afirmación indígena en la universidad, y la intervención-acción, generando nuevas metodologías, prácticas colaborativas y diálogo entre saberes. En este sentido, convocamos a estudiantes, docentes e intelectuales, indígenas y no-indígenas, a presentar contribuciones que amplíen la mirada en torno a los temas planteados.

ST 25 | Las alternativas de la resistencia indígena: la lucha está en lo cotidiano

Giovanna María Aldana Barahona (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, México); Ámbar Varela Matute (FLACSO, México); Alfredo Sánchez Carballo (Universidad Autónoma de Juárez, México).

Esta propuesta tiene como objetivo mostrar que las resistencias de los pueblos se elaboran, se construyen y se viven desde diferentes frentes y niveles, los cuales incluyen las creaciones culturales, la recuperación o recreación de las identidades, el uso y defensa de la lengua originaria, entre otras. Estas últimas resistencias merecen nuestra atención ya que son el sustento de la identidad de los pueblos indígenas y un eje vital para su pervivencia. En ese marco, el presente simposio se propone como un espacio interdisciplinario e intercultural de diálogo en el que se muestren las evidencias de resistencia de los pueblos indígenas en el Abya Yala desde su cotidianidad, ya sea a través de la elaboración de sus artes y artesanías, el uso de la medicina ancestral, elaboración y uso de vestimenta propia, su lengua y la creatividad relacionada con ésta, entre otras; expresiones dedicadas a construir y perpetuar el deseo de pervivencia frente a influencias externas de homogenización. Asimismo, el simposio pretende integrar el uso y aplicación de herramientas audiovisuales (fotografía, audio y video) para mostrar los hallazgos de las resistencias de lo cotidiano. De esta manera, el simposio aportará a la desconstrucción del pensamiento colonial, no solo desde propuestas teóricas, sino evidenciando las prácticas, voces, elementos y objetos por medio de los cuales los pueblos indígenas generan discursos contrahegemónicos para la construcción de alternativas interpretativas de vida, a través de sus actuaciones y manifestaciones cotidianas.

ST 26 | Leyendo la “tierra adentro”: archivos coloniales, categorías de clasificación y estrategias etnohistóricas para las zonas de frontera

Carina Paula Lucaioli (Centro de Investigaciones Sociales – CONICET/IDES, Argentina); Jeffrey Erbig (University of California, Santa Cruz, Estados Unidos).

En los últimos años, un emergente corpus de estudios sobre archivos coloniales ha demostrado cómo las fuentes escritas y los acervos que las mantienen silencian los pasados indígenas. Aunque se ha avanzado en la teorización de los centros administrativos coloniales y su relación con los archivos, los espacios de frontera presentan condiciones particulares que convocan la atención de antropólogos e historiadores. Sus fuentes son menos formulaicas, más fragmentadas, se encuentran dispersas en múltiples acervos y fueron escritas casi en su totalidad por colonizadores. Por sobre todo, estos documentos se caracterizan por haber sido producidos desde enclaves coloniales que se situaban en los márgenes del espacio indígena, un espacio de difícil acceso para los agentes coloniales. Este simposio pretende identificar diferentes estrategias metodológicas para reconocer y responder a las limitaciones materiales, geográficas y epistemológicas que se encuentran en los archivos coloniales en cuanto a las zonas de frontera, con el fin de visibilizar actores y espacios indígenas y analizar los discursos hegemónicos. Indagamos acerca de cómo y en qué condiciones fueron escritos los papeles en las fronteras y bajo qué criterios se guardaron y categorizaron en los archivos coloniales. Además, procuramos reflexionar sobre las categorías de análisis y las estrategias de contra-archivización implementadas en nuestras investigaciones etnohistóricas, entre ellas, la disponibilidad de fuentes de consulta on line, la digitalización de documentos y la compilación de fuentes y sus circuitos de circulación entre investigadores. A través una comparación de estudios de diversos lugares de

frontera, buscamos identificar estrategias en común y desnaturalizar los paradigmas que se han desarrollado en un lugar u otro.

ST 27 | Liderazgos indígenas en zonas de frontera latino-americanas, siglos XVI-XX

José Marcos Medina Bustos (El Colegio de Sonora, México); Anna Guiteras Mombiola (Universitat de Barcelona, España).

Se trata de recuperar para el conocimiento histórico los liderazgos indígenas que se desarrollaron en espacios caracterizados como fronteras en Latinoamérica; es decir, zonas en las que se dio el contacto entre pueblos con culturas diferentes sin que ninguno pudiera imponerse claramente sobre los otros; algunas de estas fronteras culturales se convirtieron en fronteras políticas entre estados nacionales, cuyos territorios y sociedades fueron incorporados paulatinamente al devenir nacional. El simposio busca reflexionar sobre los liderazgos indígenas en estas zonas, pues consideramos que tuvieron características diferentes a los de las áreas centrales, para lo cual proponemos los siguientes ejes temáticos: 1) Individuos indígenas que sobresalieron, asumiendo diversos roles: como aliados y conductores del proceso de adaptación individual y grupal al nuevo orden colonial y nacional; como dirigentes de rebeliones o en actos de resistencia. 2) El tipo de relaciones que tuvieron estos líderes con los propios indígenas o sus aliados no indígenas, así como los mecanismos a través de los cuales lograban obtener autoridad: ¿por ciertos atributos estimados por sus congéneres, el reconocimiento de su utilidad por los no indígenas, o ambos aspectos? 3) Su papel como intermediarios y las comunicaciones escritas que tuvieron con autoridades coloniales y republicanas o con los indígenas. 4) Los cargos que ocupaban, su naturaleza y la competencia entre los mismos indígenas por ocuparlos.

ST 28 | Memória, História e o Ensino de História Indígena: pluralização de perspectivas e enunciação de outras narrativas a partir do protagonismo e autoria indígena

Cristiane de Assis Portela (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Susane Rodrigues de Oliveira (Universidade de Brasília, Brasil).

Esse ST pretende reunir pesquisadores indígenas e não-indígenas que produzam reflexões sobre o ensino da história indígena. Prioriza-se perspectivas críticas ao eurocentrismo, racismo e sexismo presente nas narrativas hegemônicas. Esperamos discutir as dimensões epistêmicas e metodológicas relacionadas à história indígena difundida e ensinada em escolas, universidades e outros espaços educativos que promovem saberes e difundem imaginários históricos acerca dos indígenas (museus, arquivos, narrativas audiovisuais, internet/redes sociais, literatura, artes etc.). Tendo como eixo central de discussão a história indígena e seus aspectos formativos, serão bem-vindas pesquisas que versem sobre a Lei 11.645/08 brasileira e legislação correlata em outros países da América Latina, bem como relatos de experiências em escolas indígenas e cursos de formação intercultural em diferentes países. Também propostas que tratem de projetos que valorizem a memória e história oral na perspectiva de história pública, a análise e o reconhecimento de epistemologias indígenas, a educação para as relações étnico-raciais numa perspectiva interseccional, a produção e uso de

materiais de autoria indígena, o conhecimento histórico produzido sobre e por povos indígenas e formas de indigenização dos espaços educativos. As correlações entre memória, história e ensino de história indígena buscam sinalizar narrativas históricas contrahegemônicas, destacando proposições, desafios e enunciações junto às memórias coletivas e trajetórias dos povos ameríndios.

ST 29 | Memórias Indígenas: silêncios, esquecimentos, impunidade e reivindicação de direitos e acesso à justiça

Ricardo Verdum (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Ana Margarita Ramos (Universidad Nacional de Rio Negro, Argentina).

Nos últimos trinta anos a memória se tornou um dos principais temas de interesse nas ciências sociais latino-americanas. Também num importante instrumento na promoção de direitos e na conquista do acesso à justiça dos setores da população em situação de exclusão política e discriminação social e econômica, explorados e humilhados, e reprimidos por grupos sociais que constituíram e controlam aparatos de poder estatal e paraestatal. Ela participa da construção e da definição de identidades individuais e coletivas; é um campo de disputas onde o recordar, o falar e o silenciar estão sujeitos às micropolíticas da vida cotidiana e aos limites estabelecidos de maneira sutil ou enérgica pelos poderes constituídos em diferentes escalas e espaços - recordações impostas e domesticadas. O simpósio pretende reunir trabalhos onde se discuta, de uma perspectiva etnográfica e histórica, as dinâmicas de construção da memória de sujeitos individuais e coletivos indígenas, submetidos e em resistência à repressão, ao despojo territorial e de outros meios de vida, e/ou em contextos de conflito armado. Um espaço especial será dado às questões metodológicas e éticas do trabalho com memória em contextos de violência explícita (c/mortes) ou de violência sutil e naturalizada (gênero, étnico-racial, classe). Nossa expectativa é que o simpósio gere instrumentos em apoio ao desenvolvimento teórico, epistemológico, metodológico e político de promotores indígenas e não-indígenas de justiça e direito.

ST 30 | Memorias y Políticas Indias/Indígenas

Guillermina Espósito (Instituto de Antropología de Córdoba, IDACOR-CONICET; Universidad Nacional de Córdoba, Argentina); Natalia de Marinis (CIESAS Sede Golfo, México).

“Luchamos con el futuro atrás y el pasado adelante”. Este concepto, escuchado de boca de un abuelo indio de Jujuy, Argentina, articula vívidamente la propuesta de este simposio, orientado a abrir un espacio de reflexión, discusión y análisis sobre memorias y su vinculación con políticas indias/indígenas. Desde los estudios de memoria, se plantea que son los marcos del presente los que establecen cómo y cuándo interviene el pasado en el presente, y qué elementos de ese pasado son escogidos para construir futuro. En diversos contextos e insertos en variadas dinámicas territoriales y políticas, grupos indios y/o indígenas se posicionan de modo variado frente a procesos de avance capitalista de acumulación por desposesión, así como frente a múltiples violencias, viendo peligrar sus territorios, amenazados sus modos de vida y en muchos casos hasta

su propia existencia como grupo. En estos contextos del presente, vemos aparecer recuerdos que actualizan experiencias del pasado y las ponen al servicio de la cohesión del grupo en tanto “memoria colectiva” (cf. Halbwachs). Además, la memoria como reflexión crítica no sólo de eventos del pasado sino de los marcos a partir de los cuales se le dá sentido a esos eventos, desencadena cuestionamientos, reflexiones y vinculaciones creativas, pudiendo dar lugar a algo distinto a lo que se nombra como memoria colectiva (Pernasetti 2009). En este sentido, abrimos el interrogante sobre si los actos de memoria pueden incluso cuestionar la memoria colectiva, si se entiende a esta última como la cadena de reflexiones orientadoras para la vida del presente, compartido por un grupo, a partir del pasado considerado como enseñanza, organizado en un todo coherente, es decir, aquellos recuerdos legitimados, posibles o deseables y del repertorio de olvidos forzados que cada grupo se esfuerza en sostener. Este simposio busca articular diálogos en perspectiva comparada acerca de las y los sujetos indígenas construyendo memorias y llevando adelante prácticas políticas en distintos contextos de Abya Yala, en contextos atravesados por las violencias y los despojos. Propiciamos el envío de ponencias que se interroguen sobre la relación entre memoria y política, desde casos empíricos en los que estén implicadas alguna/s de las siguientes preguntas: ¿Qué prácticas devienen en acciones de memoria con fuerza política?; ¿Qué alternativas políticas y/o cosmopolíticas indígenas habilitan los actos de memoria?; ¿Qué “ocasiones” (cf de Certeau) movilizan actos de memoria?; ¿Cómo aparecen experiencias de terror estatal en memorias indígenas?; ¿Cómo se recrean y construyen memorias frente a proyectos extractivistas y de despojo territorial y corporal?; ¿Qué relaciones se pueden establecer entre memorias y resistencias indígenas?; ¿Cómo se gestan en estos procesos de memorias y olvidos, nuevas subjetividades políticas, y qué lugar tienen las memorias de mujeres?; ¿Cómo intervienen las memorias en la producción, circulación y recepción de teorías, personas y modelos de acción política entre experiencias indias/indígenas del continente?

ST 31 | Memórias, biografias e autobiografias indígenas: reflexões

Mariana da Costa Aguiar Petroni (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Brasil); Edmundo Peggion (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil); Amanda Danaga (Universidade Federal de São Carlos, Brasil).

Apresentar, debater e enfrentar as dificuldades conceituais para abordar o que, inicialmente, podemos considerar “o eu como discurso na etnologia e na historiografia indigenista” é o objetivo desta proposta. Tal área, se tem manifestação, ainda não encontra um lugar de destaque na literatura antropológica, como aponta Oscar Calavia Sáez. Memórias, biografias, autobiografias, narrativas biográficas, histórias de vidas, trajetórias, depoimentos, testemunhos, sujeitos, indivíduos, atores, a amplitude conceitual à procura de uma categoria é extensa. As disciplinas em torno da problemática também não são poucas, por isso a abertura para incorporar contribuições de outras áreas, como dos estudos literários, da geografia, da sociologia, da ciência política e demais áreas afins. Sobretudo, a preocupação desta proposta, então, é etnográfica, ao trazer esferas, instâncias, arenas da vida social, para lembrar Marilyn Strathern, experiências sociais em que as pessoas estejam, senão refletindo, revelando, inclusive para si mesmas, suas práticas sociais, e ainda aquelas menos imediatas ou

evidentes. Preocupam-nos, especialmente, as diversas modalidades de esquecimento, de silenciamento das experiências sociais dos povos ameríndios no que tange à relação com o Estado, bem como as experiências de organização, de mobilização das sociedades indígenas frente a este.

ST 32 | Memórias, narrativas e saberes tradicionais: experiências, territorialidades e visibilidades de Povos e Comunidades Tradicionais

Carmo Thum (Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Brasil); Kátia Cristina Favilla (Rede Cerrado, Brasil); Denizia Kawany Cruz (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME).

Espaço para a publicização de produções que tenham por foco a narrativa dos processos de luta política diferentes segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais. Narrativas dos diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais. Formas de registro do modo de viver, produzir e partilhar e educar. Processos educativos formadores dos sujeitos. Ações sistematizadas de produção de conhecimento sobre as práticas articuladas de cultura, educação popular e educação integral. Processos de investigação-ação em territórios de Povos e Comunidades Tradicionais. Estratégias implementadas de auto-reconhecimento e autodemarcação territorial. Educação, interculturalidade, saberes originários e tradicionais, autodeterminação intelectual. Luta territorial, cultural, política, social e econômica que envolvem a identidade e os processos educativos. Os mais velhos, os saberes e fazeres ancestrais peculiares. Territórios do Educativo: espaços de reinvenção. Análise das culturas locais, associada à memória, aos modos de vida, à estesia. Memórias e Narrativas autobiográficas. Cultura, Estética e Formação. Redes de saberes, memórias, ancestralidades, incompletudes e territorialidades. Modos de compreender saberes e estéticas. Textualidades imagéticas narradoras. Epistemologias de um novo modo de compreender o conhecimento a partir das narrativas e dos processos de produção da Memória/História e suas interseccionalidades. Perspectivas emancipatórias da luta política.

ST 33 | Morfología y sintaxis de lenguas indígenas en contexto etnolingüístico: nuevas epistemologías en la investigación y construcción del conocimiento

María Alejandra Regúnaga (CONICET/Universidad Nacional de La Pampa, Argentina); Dionei Moreira Gomes (Universidade de Brasília, Brasil); Zarina Estrada Fernández (Universidad de Sonora, México).

Las lenguas, expresión más completa y acabada de la cultura, no solo son instrumentos de comunicación, sino que fundamentan la configuración y la expresión de la identidad personal y grupal de los seres humanos. Se entiende por cultura el conjunto de características distintivas de un grupo social, un complejo entramado de rasgos materiales, espirituales, emocionales e intelectuales, así como sus prácticas, productos, categorías, conocimientos y expresiones, entre las que destaca la lengua. La cultura confiere sentido de grupo a cada individuo y provee el marco cognoscitivo por el cual las personas interpretan, organizan y dan un sentido a la heterogeneidad del mundo; a la vez, la cultura brinda los lineamientos sobre los cuales se construye la identidad. Con

esta base, proponemos un simposio sobre lenguas indígenas desde una perspectiva etnolingüística, incluyendo los usos lingüísticos vinculados con la identidad étnica tanto como la variación lingüística en relación con la cultura. Buscamos generar un espacio de análisis, reflexión y debate sobre las motivaciones que existen en la gramática de cada lengua, en el marco epistemológico de una etnomorfosintaxis (Enfield 2004, Wierzbicka 1988) en un contexto etnopragmático (Goddard 2006). De este modo, proponemos enmarcar las características formales de los sistemas lingüísticos en un contexto funcional, con énfasis en las motivaciones semántico-pragmáticas, que considere los significados culturales plasmados en tales estructuras.

ST 34 | Mulheres, crianças e História: o ‘feminino’ e o ‘infantil’ na sociedade americana, séculos XVI-XIX

Karina Melo (Associação Nacional de História – ANPUH, Brasil); Carlos D. Paz (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires – UNCPBA, Argentina).

Um dos maiores desafios que se apresentam ao binômio investigação/educação é o problema da transferência não só dos resultados da investigação, mas também dos pressupostos dos quais parte o pesquisador dado que, em alguns casos, possuem uma distância intrínseca e por demais significativa com os pressupostos ontológicos próprios do sujeito que se analisa. Pressupostos de investigação que, ademais, são resultado de processos sociais possíveis de serem historicizados. Reflexão que bem pode aplicar-se às abordagens que se realizam sobre mulheres e crianças, mais ainda com sujeitos que são parte de alguma das distintas nações indígenas americanas. O objetivo deste simpósio é, além de colocar em discussão resultados de investigação, refletir sobre os nós de conhecimento alcançados, como é necessário ponderar e repensar distanciamentos ontológicos, entre o pesquisador e o sujeito de investigação, que ancilossam a possibilidade de resgatar a diversidade de experiências e os sentidos que as categorias ocluem. Mulheres e crianças são categorias próprias do Ocidente moderno que tentam explicar o que se sucede além de suas fronteiras. Porém, pouco se reflete sobre como estas duas proporções da sociedade concebem a si mesmas, e desde este posicionamento político, como se articulam com outras parcelas da sociedade. Conforme sobredito, este Simpósio busca artigos originais de investigação que forneçam descrições, explicações e análises sobre o rol de mulheres e crianças nas sociedades americanas que coloquem tais sujeitos históricos como centro de suas análises. Entre os tópicos possíveis de serem abordados, sugerimos: 1) Papéis e atividades econômicas desenvolvidas por mulheres e crianças em contextos coloniais ou republicanos recentes; 2) Formas de representação da infância e do mundo feminino; 3) Protagonismos em cenas políticas; 4) Atuações como mediadores culturais e agentes na reprodução social de sua comunidade; 5) Formas conceituais e analíticas de pensar a infância e o feminino, apontando para uma superação epistemológica das imagens consolidadas pela retórica de seu tempo.

ST 35 | Mulheres indígenas e suas co-existências: inscrições etnográficas da relação entre gênero e terra

Nicole Soares-Pinto (Universidade do Espírito Santo, Brasil); Sandra Benites (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Ana Maria Ramo y Affonso (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil).

Como as mulheres indígenas territorializam o mundo? Como o fazem os homens? De que modos estes territórios servem de solo, substrato, esfera, céu, ambiente, etc., uns para os outros? Que mundos habitam os corpos indígenas, femininos e masculinos, e por quais formas os corpos indígenas habitam os mundos? Será possível rastreamos na linguagem os sinais destas co-existências? Essas são as perguntas que nos interessam aqui: a ambiguidade inerente a toda forma de ser, entre habitar e ser habitado, e seu encontro com formas ou forças femininas e masculinas, em suas diferenças. Mulheres pajés, mulheres-espíritos, rezadoras, guardadoras de segredos, pescadoras, parteiras, contadoras de histórias, agricultoras, cantoras, dançarinas, intelectuais, narradoras, líderes políticas, cientistas, mães, avós, netas, filhas, cunhadas, con-cunhadas: o que de feminino brota na terra e pela terra? Como a criatividade feminina indígena cria espaços, lugares, propondo deslocamentos aos trânsitos masculinos? Como o feminino efetua e atualiza a relação entre humanos e não-humanos e de que forma propõe espaços de co-existência e resistência aos modos não-indígenas de aniquilação de mundos? Interessam-nos etnografias que proponham essas e outras questões e cujas contribuições e intervenções possam se valer de vários formatos: sejam biografias ou auto-biografias, artigos individuais que se beneficiem de plataformas escritas, áudio-visuais, fotográficas, poéticas, plásticas ou musicais, e em co-autorias entre pesquisadorxs e interlocutorxs de pesquisa, na antropologia ou além dela.

ST 36 | Nuevas epistemologías interculturales. Desafios para la educación y la comunicación

Mariano Baez Landa (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS, México); Alexandre Herbetta (Universidade Federal de Goiás, Brasil).

El término interculturalidad se usa a menudo como adjetivo que califica mágicamente cualquier planteamiento y acción que dice reconocer y atender la diversidad cultural, utilizando un discurso políticamente correcto de defensa a ultranza de las tradiciones, costumbres y conocimientos ancestrales de los llamados pueblos originarios (muchas veces lesionando los derechos de terceras personas) como un imperativo ético-político frente a las amenazas del capitalismo neoliberal. Así, se habla incluso de la interculturalidad como un nuevo estadio de desarrollo humano, como proyecto cultural alternativo que presupone un plano horizontal de comunicación, intercambio y cooperación del conocimiento. Evidentemente esta interculturalidad idílica no corresponde a la experiencia del mundo vivo, el cual se encuentra atravesado por las categorías de etnia, raza, clase, género y sexualidad, y donde se condensan las relaciones sociales basadas en la fricción, el conflicto, la negación del otro, el racismo, la desigualdad económica, la homofobia, el sexismo, la violencia y el miedo a la diferencia. La interculturalidad constituye un espacio interfásico que relaciona a varias culturas y éste está atravesado por las múltiples determinaciones de la vida social que no se circunscribe a los llamados pueblos originarios. La interculturalidad realmente existente, se compone de aproximaciones emprendidas desde varias ópticas

culturalmente diferenciadas, para construir puentes entre poblaciones e individuos de culturas distintas. Parte de un concepto dinámico y diacrónico de la cultura que se desarrolla en escenarios de relaciones sociales asimétricas y enmarcadas por estructuras de poder. Es ante todo una interfase comunicativa que aspira a crear competencias suficientes que hagan posible un verdadero diálogo entre culturas. Por ello el llamado diálogo de saberes solo puede establecerse entre las culturas realmente existentes, que producen nuevos componentes y que se apropian de otros, que se transforman y adaptan permanentemente para no desaparecer o ser asimiladas. La educación intercultural solo puede ser viable si supera la crisis de la escuela y la universidad del mundo contemporáneo, si asume su participación en la integración de nuevos proyectos sociales donde se promueva el reconocimiento, respeto y convivencia no sólo de los llamados pueblos originarios sino de toda la diversidad humana. El simposio propuesto pretende reunir a un conjunto de actores participantes de proyectos educativos y de comunicación surgidos en contextos interétnicos e interculturales que comuniquen sus experiencias y reflexionen colectivamente sobre posibilidades reales de construir nuevas epistemologías que sustenten programas educativos y comunicacionales descolonizadores.

ST 37 | Nuevas miradas sobre los derechos de propiedad: acceso, uso y apropiación de recursos naturales en torno a los pueblos y municipios, siglos XIX-XX

Porfirio Neri Guarneros (Facultad de Humanidades-UAEMex, México); Gloria Camacho Pichardo (CICSyH-UAEMex, México).

A principios del siglo XIX los pueblos indígenas aún poseían y administraban, como personas jurídicas, un patrimonio territorial que estaba constituido por un fundo legal, tierras de repartimiento y bienes comunales: aguas y montes; pero esta forma de disfrutar de los recursos se transformó a lo largo del siglo XIX y principios del XX con la expedición de leyes encaminadas a desaparecer la propiedad comunal de la tierra, el agua y los montes. Las consecuencias se vieron reflejadas en conflictos por el uso de los recursos naturales, no sólo entre los actores civiles, sino también entre éstos y las instituciones de gobierno. El simposio tiene como propósito analizar desde diversas ópticas y diferentes regiones las transformaciones de los derechos de propiedad en torno a los recursos naturales (tierra, agua y monte) de los pueblos indios y municipios durante el siglo XIX y XX. El objetivo es discutir los derechos de propiedad no solo a partir de los cambios en la legislación, sino también, a partir de las relaciones sociales y las distintas formas de acceder a la tierra, el agua y el monte; y en general a través de nuevos y propositivos abordajes en relación a las transformaciones sobre la propiedad que experimentaron los pueblos y municipios, por ejemplo: la coexistencia de diversas formas de propiedad en un mismo momento y la transformación del paisaje.

ST 38 | O futuro das línguas indígenas brasileiras

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (Universidade de Brasília, Brasil); Rosileide Barbosa de Carvalho Kaiowá (Universidade de Brasília, Brasil); Iran Kav Sona Gavião (Universidade de Brasília, Brasil).

O ano de 2019 foi declarado pela UNESCO “O ano das línguas indígenas”. No site lançado por essa instituição, lê-se “Grande parte das línguas faladas por povos indígenas continuarão a desaparecer em um ritmo alarmante. Sem medidas apropriadas para abordar esse problema, a contínua perda de línguas e de suas histórias, tradições e memórias reduzirão consideravelmente a riqueza da diversidade linguística no mundo”. O Brasil, país com o maior número de línguas indígenas e de maior diversidade linguística das Américas apresenta um quadro angustiante de línguas ameaçadas, muitas das quais em estágio final do processo de extinção. O povo Akuntsú, vítima de genocídio ocorrido na década de 1990, foi reduzido a 4 pessoas que não têm a quem transmitir a língua de seus ancestrais. A língua Kanoê sobrevive na fala dos últimos três falantes fluentes, a língua Sabanê corre sério risco de extinção, assim como as línguas Júma, Karipúna e Piripkúra. Rodrigues (1993) fez uma projeção de 1.200 línguas faladas na época da chegada dos europeus, mas atualmente há apenas 190 línguas, aproximadamente, parte das quais são apenas lembradas pelos últimos guardiões do que foram línguas plenamente faladas por seus respectivos povos. Segundo a UNESCO, há 45 línguas criticamente ameaçadas no Brasil, 10 na Bolívia, 14 no Perú, 12 na Colômbia, 2 no Equador, 8 na Venezuela, 2 no Paraguai, 2 na Argentina, 2 em Costa Rica, 3 em Honduras, 32 no Canadá e 71 nos Estados Unidos. Este simpósio elege como tema o futuro das línguas indígenas das Américas, no qual serão privilegiados trabalhos que discutam políticas e planejamentos linguísticos, estratégias de revitalização de línguas em curso pelas comunidades indígenas, a necessidade de documentação e formação de leitores em línguas indígenas, a formação de linguistas indígenas e seu papel no fortalecimento do uso de suas respectivas línguas, como frear o deslocamento das línguas indígenas face a influência do Português e/ou do Espanhol, como os órgãos governamentais de educação e cultura podem contribuir para um futuro promissor das línguas nativas das Américas. Espera-se que este simpósio seja enriquecido com a participação significativa de professores, pesquisadores e lideranças indígenas representantes dos povos falantes de línguas indígenas das Américas e interessados no futuro dessas línguas, vivas.

ST 39 | O lado perverso do Patrimônio Cultural

Yussef Daibert Salomão de Campos (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Jorge Kulemeyer (Universidad Nacional de Jujuy, Argentina).

Tema amplamente debatido é esse. Pelas suas diversas perspectivas disciplinares e de gestão, é figura presente quando se trata de debater e gerenciar aspectos culturais, seus aportes identitários e seu apelo à memória coletiva. Contudo, há no patrimônio um lado perverso, que frequentemente se expressa em campos de disputa associados a diversos tipos de tensões. Seja de maneira expressa ou tácita – seja do ponto de vista lexical ou psicanalítico – a perversidade do patrimônio está presente quando sua gestão ou invenção abarcam a memória do desaparecido, sendo capaz de matar a própria identidade, ao invés de dar a ela suporte, propondo uma realidade que muitos interpretam como quase imaginada. Pois esse patrimônio só se mostra funcional quando traz à tona as virtudes do passado, ou quando o escolta, protegendo-o de seu lado sombrio de vícios, ausente nas narrativas historiográficas oficiais, relegado a um esquecimento intencional. Seja pelo fato de aspectos arquitetônicos de uma edificação

sobrepujarem (e até ocultarem) os históricos, arqueológicos e antropológicos; seja pela negação a uma reivindicação social que busca afirmar uma identidade marginal; o lado perverso do patrimônio deve ser apresentado para esclarecer o debate sobre o passado, mostrando que esse não é a panaceia para um futuro promissor, desejável. Mais que mediar um passado de segunda mão, o patrimônio deve ser capaz de apropriar-se de todas suas nuances para não se tornar uma mera cenografia da busca por um passado mais virtuoso que um presente de recalques e insatisfações com as identidades e memórias construídas por políticas públicas nacionalistas. Assim, essa proposta traz discussões que abordaram a perversidade do patrimônio (alguns mais ostensivamente, outros sutilmente – o que não deixa de ser perverso) e suas facetas: a ilusão da participação; o tráfico ilícito de bens culturais; a gentrificação; lutas, impasses, disputas e conflitos pelo patrimônio; má gestão e ilegalidades praticadas em nome da equidade; hegemonia e exclusão social; imposições sobre visões sobre o passado; presenças e ausências; lembranças e esquecimentos; seleção de bens e identidade social; sanitização e patrimônio; onipresença do patrimônio, obnubilando sua ambivalência. Talvez a própria existência de conceitos ambivalentes a ele atrelados indique ao menos a perversidade que possui sua essência.

ST 40 | O patrimônio biocultural e a conservação *in situ* da biodiversidade e da agrobiodiversidade nos territórios indígenas brasileiros

Terezinha Aparecida Borges Dias (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Brasil); Maria Auxiliadora Cordeiro da Silva (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Brasil); Milton Marques do Nascimento (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Brasil).

A riquíssima diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil e a grande biodiversidade e agrobiodiversidade mantidas em seus territórios tem sido responsável a milênios pela segurança alimentar destes povos. Agricultores indígenas foram selecionando, adaptando e desenvolvendo uma série de espécies e variedades agrícolas que permitiram adequações de suas agri-culturas a diferentes características de solos e climas e assim geraram/geram agrobiodiversidade. O conjunto de saberes, práticas, diversidade de espécies e variedades localmente desenvolvidas nos sistemas agrícolas, vem a centenas de anos sofrendo processo de mudanças e descaracterizações. Estas mudanças não atingiram os povos indígenas da mesma forma. Apesar de muitas variedades agrícolas terem sido perdidas localmente, muitos povos ainda mantêm em seus territórios, conservados *in situ*, uma ampla agrobiodiversidade importantíssima também no contexto das mudanças climáticas. Com uma preocupação focada no impacto da perda do patrimônio biocultural, pretende-se reunir experiências e fomentar intercâmbios com relação a importância dos territórios para a conservação *in situ* da biodiversidade e agrobiodiversidade. Além disso, evidenciar políticas nacionais relacionadas, bem como novas estratégias dos povos indígenas para buscar sementes escassas e desaparecidas dos territórios como as feiras de troca de sementes tradicionais e a procura nos bancos de germoplasma institucionais de variedades perdidas de seus roçados.

ST 41 | Olhares indígenas/historia indígena: diálogos latino-americanos

Maria Isabel Martínez Ramírez (Instituto de Investigaciones Históricas - IIH, Universidad Nacional de México - UNAM, México); Spensy Pimentel (Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil).

El objetivo de este simposio es dar continuidad a una serie de encuentros que académicos y pensadores latinoamericanos hemos compartido desde el 2012. Uno de los objetivos comunes ha consistido en construir espacios de discusión en torno a los problemas metodológicos y teóricos sobre la política nativa, las nociones alternas de “lo humano”, etc. La meta de este simposio es dar continuidad a estas reflexiones compartidas tomando como eje la co-producción de conocimiento con los pueblos y las personas con las que dialogamos durante el trabajo de campo; así como con aquellos colegas nativos interesados en nutrir esta discusión. Los tópicos elegidos para esta mesa son los olhares y las miradas nativas de los siglos XX y XXI sobre el registro y la producción de una historia propiamente nativa.

ST 42 | Pluralismo bioético, decolonialidade e povos indígenas: pensando o Bem Viver e suas complexidades

Marianna Assunção Figueiredo Holanda (Universidade de Brasília, Brasil); Lívia Dias Pinto Vitenti (Universidade de Brasília, Brasil); Danilo de Assis Clímaco (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru).

Os conceitos de Bem Viver e pluralismo bioético somam-se ao interesse em compreender como os povos concebem e praticam diferentes formas de felicidade, de vida digna e de bem-estar, atraindo hoje nossa atenção. Principalmente, a partir da concepção andina do “Bem Viver”, tradução das expressões quechua “Sumak Kawsay” e aymara “Suma Qamaña”, o presente GT propõe o desafio de refletir sobre bem viver em diferentes contextos, desde uma perspectiva inter-histórica, intercultural e interdisciplinar. Considerando que o Bem Viver é um motor que estimula as pessoas a obedecerem seus próprios projetos regionais e históricos, assim como aos interesses de suas comunidades, propomos a promoção de debates sobre este tema, o que inclui pesquisas sobre concepções relacionadas ao corpo e à mente – inclusive de forma não dualista – e às noções de humanidade que vão muito além dos limites do corpo biológico; etnografias e pesquisas sobre acesso à direitos, à formas próprias de resolução de conflitos – como uma rede de relações e significados que pautam o Bem Viver. Nosso objetivo é reunir trabalhos que se dediquem aos estudos das relações sociais voltados à complexidade, multiplicidade e variedade de saberes e práticas associados aos conceitos de bem viver. O presente GT busca promover um diálogo interdisciplinar, a partir da participação de profissionais e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, assim como visa reunir trabalhos concluídos ou em andamento sobre os temas propostos.

ST 43 | Por uma história cotidiana dos nativos sulamericanos: transformações, resistências, negociações e ressignificações/Por una historia cotidiana de los nativos sudamericanos: transformaciones, resistencias, negociaciones y ressignificaciones

Vladimir José Luft (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Brasil); Lía Guillermina Oliveto (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET - Universidad de Buenos Aires - UBA, Argentina).

Buscando fortalecer e estabelecer a cooperação entre pesquisadores sobre a(s) história(s) e realidade(s) nativa(s), propomos, como atividade de diálogo acadêmico e científico, no formato de um Simpósio Temático, relacionado ao eixo temático História e Memória, tratar do cotidiano nativo sulamericanos (o índio), ou seja, sua organização social, cultural, política e econômica em sua diversidade continental. Esta é uma proposta ampla que convoca todos aqueles que concentram suas pesquisas sobre o cotidiano dos nativos americanos e as formas com que foram modificadas e ressignificadas, desde o século XVI, quando da conquista e colonização. Desta forma, em termos de temporalidade, estão inclusos aqui desde os mais antigos registros materiais até os registros do século XVIII, da América do Sul. Portanto, convocamos a todos para debater e dialogar, a partir de uma perspectiva crítica que considere as diversas maneiras em que os nativos americanos foram construtores ativos de sua própria história, mesmo antes da invasão europeia, rearticulado de forma dramática, quando da conquista. Além disso, convidamos a construir uma reflexão coletiva, teórica e metodológica, baseada nos estudos de caso propostos, sobre a matriz colonial estabelecida pela colonização portuguesa e espanhola e as possibilidades atuais de interpretar sua história.

ST 44 | Povos indígenas da Amazônia Caribenha

Rudi Henri van Els (Universidade de Brasília, Brasil; Anton de Kom Universidade de Suriname, Suriname); Reginaldo Gomes de Oliveira (Universidade Federal de Roraima, Brasil); Janaina Deane de Abreu Sa Diniz (Universidade de Brasília, Brasil).

A Amazônia Caribenha é uma região composta por todo o território da Ilha das antigas Guianas que compreende o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco. Essa região pode ser considerada uma ilha, bem como todas as outras ilhas Caribenhas, pelo fato de estarem conectadas culturalmente entre América do Sul e o mar Caribe pelos caminhos das águas: o Oceano Atlântico no Norte e pelos Rios Amazonas e Orinoco no Sul e no Oeste. Diversos povos indígenas do tronco linguístico Arawak e Karíb, entre outras famílias indígenas habitam essa singular região da Amazônia. A proposta do simpósio é reunir pesquisadores, estudantes indígenas e ativistas para discutir o passado, presente e futuro dos povos indígenas da Amazônia Caribenha. São povos da Amazônia que habitam distintos territórios nacionais, com separações por meio das fronteiras políticas e pelas barreiras linguísticas. A ocupação colonial da região impôs fronteiras políticas e linguísticas (Espanhol, Frances, Português, Inglês e Holandês) na posse dos territórios dos vários povos indígenas e no controle de suas próprias línguas. Neste sentido, o objetivo do simpósio é criar um fórum para trocas de ideias e produção de conhecimento sobre/ou junto com os povos indígenas da região, além de estimular a criação de redes científicas regionais de cooperação.

ST 45 | Povos indígenas isolados, livres ou autônomos: direito à existência e à auto-determinação

Adriana Maria Huber Azevedo (Conselho Indigenista Missionário, Brasil); Sarela Paz Patiño (Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Bolivia).

Na Amazônia há informações da existência de cerca de 150 povos indígenas que deliberadamente evitam contatos permanentes com as sociedades envolventes, denominados de “isolados”, “em isolamento voluntário” ou “livres”. A expansão sobre seus territórios de diferentes frentes econômicas e grandes projetos de infraestrutura vem acompanhada por uma violência sistemática, de genocídio, deslocamentos forçados e fragmentação dos territórios destes povos. A inexistência de mecanismos de cooperação entre Estados, o uso de critérios e marcos legais distintos em cada país para o reconhecimento de suas territorialidades (muitas vezes transfronteiriças), assim como a ação deliberada por parte de diversos entes governamentais visando a concessão e usurpação de territórios indígenas aumentam a sua vulnerabilidade e a falta de garantia de seus direitos. Isto apesar da existência de dispositivos legais favoráveis a estes povos no âmbito internacional (ONU, OEA, OIT, CIDH). Qual é o futuro dos povos isolados? Que planos, políticas, instrumentos ou legislação dos estados na região estão ajudando ou podem ajudar a que enfrentemos a situação de violência a que se encontram expostos? Que mudanças estão se produzindo nos Estados para que o etnocídio esteja sendo praticado sem nenhum reparo moral e ético na política? Estas são algumas das perguntas que o Simpósio busca aprofundar e analisar para estabelecer parâmetros que deveriam ser de compromisso para os Estados e a sociedade civil da região.

ST 46 | Povos tradicionais e indígenas: globalização, histórias e culturas alimentares

Marlene Castro Ossami de Moura (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil); Ellen Fensterseifer Woortmann (Universidade de Brasília, Brasil); Esther Katz (Institut de Recherche pour le Développement – IRD, França).

A globalização é um fenômeno que se impõe sobre as diversidades de práticas culturais por meio do processo de mudanças técnico-econômicas e com o aceleração do desenvolvimento agroindustrial. Com sua penetração em todos os “cantos e recantos do mundo”, vem revolucionando os modos de produção e abalando as condições sociais, particularmente das sociedades com menor poder político, econômico e tecnológico. As sociedades tradicionais, especialmente as indígenas, não foram poupadas desse processo. Grande parte dos conhecimentos e tecnologias tradicionais desapareceu frente às imposições de novos valores e novas necessidades da sociedade globalizada. Quando povos indígenas abandonam ou têm o acesso às suas próprias culturas e tradições limitadas, o mundo perde grande parte de seu patrimônio histórico-cultural. Este simpósio está estruturado em duas partes: na primeira, busca analisar as dimensões teóricas da alimentação; na segunda, busca partilhar experiências e reflexões sobre a alimentação indígena, tais como: hábitos alimentares tradicionais, meio ambiente e disponibilidade de recursos para o consumo e práticas alimentares, segurança e soberania alimentares, indústria alimentar e a introdução de alimentos

industrializados, mudanças nos padrões alimentares, perda da autonomia alimentar com a degradação ambiental das Terras Indígenas (TIs), formas de organização econômica e de resistência desses povos frente à expansão do processo de globalização e suas alternativas de sobrevivência, uma vez que as tradições alimentares tornam-se um lugar de resistência cultural.

ST 47 | Programas de pós-graduação interculturais e indígenas. Potencialidades, desafios e estratégias

Juliana Merçon (Universidad Veracruzana, México); Ana Tereza Reis da Silva (Universidade de Brasília, Brasil).

Há mais de dez anos o ensino superior em diferentes países latino-americanos começou a incluir processos de formação com orientação intercultural e indígena. As licenciaturas indígenas no Brasil e os diferentes cursos de graduação oferecidos por universidades indígenas e interculturais no México, Colômbia, Bolívia e Equador oferecem exemplos de esforços realizados para reestruturar projetos político-pedagógicos a partir de uma plataforma intercultural crítica, decolonial ou epistemicamente plural. Apesar da necessidade de prolongar estes processos formativos para fortalecer debates protagonizados por intelectuales indígenas e constituir quadros docentes com membros de populações tradicionais em universidades, as experiências de pós-graduação intercultural ou indígena são menos numerosas. As potencialidades e desafios referentes ao início e continuidade destes programas de pós-graduação são múltiplos e complexos. O presente simpósio tem como objetivo contribuir a este campo em constante construção, através do intercâmbio de experiências, do debate crítico sobre estes procesos e da potencial criação de redes de colaboração entre programas de pós-graduação com enfoque intercultural ou indígena na América Latina.

ST 48 | Pueblos indígenas en contextos urbanos. Organización etnopolítica, políticas públicas y gobiernos locales en torno a la participación estatal

Claudio Espinoza Araya (Universidad Academia de Humanismo Cristiano; Centro de Estudios Interculturales e Indígenas - CIIR, Chile); Juan Manuel Engelman (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET, Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires y Universidad Nacional de Luján, Buenos Aires, Argentina).

La migración de población indígena hacia contextos urbanos y periurbanos durante la mitad del siglo XX ha provocado que al menos un tercio de las poblaciones indígenas habiten hoy en día en los contextos citadinos, de diversos países de la región latinoamericana. El presente simposio del Tercer Congreso Internacional Pueblos Indígenas de América Latina (CIPIAL), al tiempo que reflexiona acerca del lugar que poseen las poblaciones indígenas en la ciudad, tiene por objetivo analizar aquellos procesos de organización etnopolítica mediante los cuales surgen luchas por el territorio urbano, la identidad y el reconocimiento de derechos. La visibilización de la población indígena, su organización y la definición de un conjunto articulado de demandas de

clase y etnia, marcan la consolidación de nuevos sujetos políticos a la hora de analizar la disputa por los recursos estatales y de gestión intercultural. Esto último, define otro de los ejes. Se trata de discutir acerca de las limitaciones y posibilidades que en la actualidad poseen las instancias de participación etnopolítica de las nuevas dirigencias indígenas urbanas en los gobiernos locales – municipales-, provinciales y nacionales tanto en Chile como en Argentina. Finalmente, en este simposio profundizaremos acerca de un escenario donde se combina la redefinición del rol del Estado, su descentralización y el impacto de políticas multiculturalitas con las interacciones de los pueblos indígenas y diversos sectores sociales.

ST 49 | Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: políticas públicas, extractivismo, criminalización y conflictividad en la coyuntura actual

Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília, Brasil); Sebastián Valverde (Universidad de Buenos Aires, Argentina); Luis Campos (Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile).

El simposio objetiva analizar la expansión de las actividades económicas basadas en la explotación de los diversos recursos naturales, así como la construcción de diversas obras de infraestructura y las reconversiones socio-productivas en los territorios de los pueblos indígenas y afrodescendientes (hasta hace poco tiempo considerados “marginales”), y los cambios - en especial los últimos años. Esto ha contribuido a procesos de etnogénesis o una reactualización de la etnicidad - frecuentemente en contextos migratorios en los ámbitos urbanos. Otro eje se basa en el nuevo escenario en los diversos países (Brasil, Argentina, Paraguay, etc.), con el giro hacia políticas neoliberales que implican un contraste con los anteriores gobiernos. Profundizaremos en el escenario novedoso que se instaura a partir de estos cambios, con la consiguiente redefinición en el rol del Estado y en las interacciones de estos pueblos con diversos sectores sociales. Un tercer eje es la labor articulada y mancomunada que vienen desarrollando los pueblos indígenas con vastos sectores sociales, que implican experiencias innovadoras en la propia práctica de “transferencia”, o “antropología colaborativa”. Se prevé la participación de profesionales, pero también de dirigentes y/o intelectuales indígenas, cuya participación resultará fundamental en vistas de poder efectuar un debate intercultural.

ST 50 | Saberes Indígenas, transdisciplinaridade e Educação Escolar

Neimar Machado de Sousa (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Brasil); Teodora de Souza (Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil).

A proposta desse Simpósio Temático é transdisciplinar, pois parte do pressuposto que as sociedades estão cruzadas por oposições de classe, étnicas e de gênero, além de considerar que o diálogo com outros saberes, como a antropologia e a educação, é um caminho para o desenvolvimento da educação. Seu objetivo é articular pesquisadores indígenas e indigenistas em torno das práticas pedagógicas inovadoras que envolvem a aproximação entre os saberes indígenas e a educação escolar indígena. As reflexões

terão como foco a análise das relações históricas entre a Educação Escolar Indígena, a Educação Indígena e a formação de professores indígenas Brasil e América Latina. A fundamentação teórica e metodológica será construída em diálogo com os professores indígenas de acordo com os princípios freirianos e a técnica do ensino com pesquisa para orientar o planejamento dos professores em educação escolar indígena. Como resultado do simpósio, são esperadas contribuições na continuidade de uma política de formação continuada para os professores indígenas e a necessidade de regularidade nestas políticas públicas além de efetivação nas ações de governo e práticas pedagógicas.

ST 51 | Sociedad, ambiente y sostenibilidad

Oliverio Llanos Pajares (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú); Zoila Ochoa Garay (Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana – AIDSESP); Fanel Victoria Guevara Guillen (Colegio Profesional de Antropólogos de Lima, Perú).

En el Perú, hay grandes problemas que se afrontan en el camino al desarrollo que se entiende como crecimiento desmesurado de la acumulación de riqueza de unos pocos en contra de la pobreza, la exclusión y el despojo de otros. Ese crecimiento inequitativo afecta el ambiente y a los sectores sociales más vulnerables, porque el país ve crecer “sus rentas” en base a la explotación de sus recursos naturales incluso a costa del deterioro del ambiente, ocurre con la actividad minera, petrolera, maderera en la selva y la sierra del país y con la gran agricultura de exportación en la costa que generan la apropiación de territorios y despojo del agua; las poblaciones de la sierra y la amazonia, ven deterioradas sus posibilidades de vida, que son afectadas con el FEN, sequías y friajes por el cambio climático y por la contaminación del agua; generándose conflictos en todo el país, no hay atención a sus necesidades básicas y el canon y otros pagos no las atienden terminado en corrupción y abandono. El Simposio abordará estos problemas buscando analizar las causas de los conflictos y la violencia social; ver los efectos del deterioro ambiental y los impactos en los sectores sociales vulnerables, los alegatos de las comunidades campesinas y nativas; y las medidas gubernamentales que abordan esta situación y como desde la academia podemos aportar en el abordaje de estos temas en la perspectiva de un Desarrollo Humano sostenible o del Buen Vivir.

ST 52 | Estudios relativos a pueblos indígenas en América Latina: condiciones de producción, circulación y características

Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão, Brasil); Claudia Salomon-Tarquini (Universidad Nacional de La Pampa, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET, Argentina).

Los estudios académicos relativos a pueblos indígenas en América Latina han crecido de manera constante durante las últimas décadas. A la par, existen diversos abordajes sobre las formas en que se ha venido produciendo este conocimiento, aunque en varias ocasiones estos estudios guardan pocas conexiones entre sí. En este simposio temático nos proponemos aportar a la discusión entre especialistas de distintas disciplinas y orientaciones acerca de las características, condiciones de producción y circulación en

estos estudios académicos, y avanzar hacia comparaciones intra e inter-regionales. Se espera recibir comunicaciones acerca de temas tales como la presencia y ausencia de estudios indígenas en las historiografías y antropologías nacionales, la evolución de la etnohistoria y sus distintos significados en diferentes regiones, el crecimiento de estudios indígenas en disciplinas como derecho, salud, sociología, demografía, educación, entre otras, las características metodológicas de estos abordajes, sus condiciones de producción y circulación, las relaciones entre los estudios académicos y las agendas de las comunidades indígenas, entre otros aspectos.

ST 53 | Territorialidade uma questão de saúde e bem-estar

Maria de Lourdes Beldi de Alcântara (Universidade de São Paulo, Brasil); Alejandro Parellada (International Work Group for Indigenous Affairs –IWGIA, Estados Unidos).

Este simpósio tem como principal objetivo fazer uma análise interdisciplinar e intercultural sobre a questão do bem-estar dos/as jovens e crianças indígenas dentro do território em que vivem. As políticas públicas em relação a saúde indígena e o meio ambiente em que vivem os povos indígenas precisam estar intrinsecamente relacionados para que haja uma visão holística de como estes jovens e crianças precisam ser olhados e tratados. Com a permanente ameaça de perda seus territórios pelos mais diversos setores agrícolas, mineradores e madeireiros estes povos se defrontam com uma questão mais grave: o desequilíbrio de seu meio ambiente afetado tanto pelos produtos tóxicos quanto por doenças causados pelos desastres ecológicos. Qual a percepção destes jovens em relação ao meio em que vivem? O que eles/as alegam como sendo prejudicial à visão de bem-estar? Como eles/as narram as novas doenças que aparecem e quais são as trajetórias da cura? Como negociam os processos terapêuticos? Já que toda e qualquer cultura possui classificações próprias de saúde e doenças. Este simpósio tem como objetivo abrir o debate sobre estas questões cruciais com o objetivo de propor políticas públicas que partam do encontro intercultural fruto da polissemia e polissemia das narrativas/vivências apresentadas.

ST 54 | Territorialidades, derechos de propiedad y recursos naturales en América Latina colonial y republicana, siglos XVI-XXI

Olivia Paloma Topete Pozas (Universidad Nacional Autónoma de México, México); Marta Martín Gabaldón (Centro de Investigaciones en Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS-CDMX, México).

La forma en cómo los grupos indígenas han controlado los recursos naturales –aguas, tierras y bosques– se relaciona íntimamente con la manera plural en que despliegan su territorialidad sobre espacios donde se solapan distintos derechos de propiedad. Esto ha conducido, tanto en el pasado como en el presente, a que surjan distintas negociaciones, conflictos y resistencias sobre cómo pensar el territorio y sobre el acceso y uso de los recursos naturales. Esta temática es central para analizar la configuración histórica de Latinoamérica desde la experiencia colonial, pasando por la conformación de las repúblicas soberanas, hasta las dinámicas neoliberales actuales. El objetivo del simposio es generar intercambio de conocimientos con perspectiva histórica y

antropológica en torno a los problemas pasados y presentes derivados de la configuración y apropiación del territorio por parte de los pueblos indígenas y de los grupos que interactúan con ellos, abarcando una temporalidad amplia (siglos XVI-XXI). Esta propuesta intenta contribuir al intercambio – temático, disciplinar y geográfico– en la convergencia de los ejes temáticos del CIPIAL: a) Historia y memoria; e) Tierras y territorialidades indígenas; g) Sociedad, medio ambiente y sustentabilidad. Se establecerá un diálogo reflexivo en torno a las territorialidades y los derechos de propiedad en relación con los recursos naturales incorporando estudios de diversas latitudes y considerando sus divergencias y convergencias, así como los desafíos y los retos para esta línea de investigación.

ST 55 | Território Guarani: conflitos e resistências

Manuel Munhoz Caleiro (Centro Universitário Autônomo do Brasil, UniBrasil, Brasil); Clovis Antônio Brighenti (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Brasil); Marcelo Bogado Pompa (Instituto de Ciencias Sociales - ICSO, Paraguai).

O presente simpósio busca enfrentar academicamente os conflitos envolvendo as terras e o território Guarani, bem como seus mecanismos de resistência na perspectiva histórica e contemporânea em processos de lutas no campo político, jurídico e educacional. Priorizaremos trabalhos que incorporem elementos das teorias da decolonialidade e da jusdiversidade. Ao longo do processo histórico, resistindo à colonização, o Povo Guarani adotou diferentes táticas e estratégias aos avanços das sociedades coloniais e nacionais. Tendo figurado como protagonista em diferentes contextos e conflitos, como a aliança Guaranítico-jesuíta e a conseqüente guerra travada pelos impérios ibéricos, a Guerra da Tríplice Aliança, a criação do reservatório de Itaipu etc., este povo viu seu território ser transformado em mercadoria. Na contemporaneidade, os Guarani têm construído diferentes mecanismos de enfrentamento às adversidades, como a ressignificação de sua cosmologia e reorganização sociocultural para assumir uma nova postura diante das adversidades, além da reinterpretação e ressignificação das relações com a terra e o território. Nos contínuos processos de construção e transformação de suas concepções territoriais surge um novo elemento, a retomada de terras enquanto instrumento de resistência. Durante suas mobilidades territoriais, encontram por seus caminhos o substrato da modernidade capitalista, com a divisão do espaço em áreas de produção, devastadas pelo agronegócio, e áreas de proteção ambiental.

ST 56 | Territorio, tierras y territorialidades indígenas en el Noroeste Mexicano

Dora Elvia Enríquez Licón (Universidad de Sonora, México); Zulema Trejo Contreras (El Colegio de Sonora, México).

Elemento fundamental para conocer las sociedades indígenas es el espacio geográfico en el que se asientan que, como es sabido, está lejos de ser considerado por las comunidades únicamente como el medio físico que provee resguardo y productos para la subsistencia, pues conlleva un complejo entramado de construcción de sentidos, significaciones, ritualidades y definición del orden social adecuado para preservarlo. En

este sentido, el simposio que proponemos se propone convocar a los académicos de las distintas ciencias sociales para presentar resultados (preliminares o finales) de investigaciones sobre territorio, tierras y territorialidades indígenas en el noroeste mexicano en un amplio lapso que corre del siglo XVI al XX, que se ocupen principalmente de las siguientes cuestiones: 1) Territorio y territorialidades prehispánicas; 2) Territorio y territorialidades en los pueblos de misión; 3) Disputas interétnicas por el dominio territorial; 4) Fronteras indígenas y coloniales; 5) Relación sociedades indígenas - medio ambiente; 6) Cambio en la tenencia de la tierra (siglos XVIII-XIX); 7) Territorio, significaciones sociales y ritualidades indígenas; 8) Territorio, territorialidades y organización social; 9) Territorio, territorialidades y organización militar indígena. El simposio que proponemos se relaciona con los siguientes ejes temáticos, de acuerdo con la convocatoria del 3er CIPIAL: a) Historia y memoria; e) Tierras y territorialidades indígenas; g) Sociedad, medio ambiente y sostenibilidad.

ST 57 | Territorios indígenas, derechos humanos y agricultura: desafíos para la construcción de marcos jurídicos y políticas públicas bioculturalmente pertinentes

Francisco Xavier Martínez Esponda (Centro Mexicano de Derecho Ambiental, México); Mariana Benítez Keinrad (Instituto de Ecología en la Universidad Nacional Autónoma de México, México); Gisselle García Maning (Centro Mexicano de Derecho Ambiental A.C., México).

Los pueblos indígenas de toda América, han tenido a lo largo del tiempo una coevolución (biológica, cultural y espiritual) con los ecosistemas que han habitado históricamente; lo anterior es particularmente visible en las prácticas agrícolas, donde la relación hombre-tierra (que generó y genera buena parte de la agrobiodiversidad del mundo) tiene un vínculo muy estrecho y trascendente. El dominio de la cultura moderna-occidental ha profundizado la discriminación hacia las prácticas e instituciones tradicionales y el desconocimiento de las características constitutivas biofísicas y culturales de las naciones de toda la región, lo cual ha consolidado a la marginación como relación estructurante. Ante este contexto, cabe analizar a fondo diversas experiencias y perspectivas epistemológicas latinoamericanas, muchas de ellas vinculadas a luchas indígenas por la defensa de su territorio y control cultural de sus recursos naturales tradicionalmente manejados. Dos temas que pueden otorgar mucha luz a este análisis son: los derechos humanos (por su relación con el Estado) y la agricultura (por su relación con la Tierra). Desde la lógica de los derechos humanos en Latinoamérica, se identifican como primera necesidad: (i) poner en marcha un marco jurídico y políticas públicas, en particular en materia agrícola, que permitan el florecimiento de los diversos pueblos y etnias que habitan los territorios nacionales y (ii) hacer contrapeso al poder de la cultura dominante.

ST 58 | Trajetórias de acadêmicos indígenas: impactos presentes e perspectivas de futuro

Florêncio Almeida Vaz Filho (Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, Brasil); Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Brasil); Felipe Sotto Maior Cruz (Universidade de Brasília, Brasil).

O acesso à Universidade trouxe novas perspectivas para os povos indígenas com relação à cidadania e aos direitos indígenas. Milhares de estudantes ascenderam aos diferentes cursos universitários como uma estratégia para a melhoria de vida dos seus coletivos e a construção e fortalecimento da autonomia indígena. Apesar dos obstáculos à sua permanência na academia, já podemos constatar percursos de sucesso e com impactos positivos entre as suas comunidades de origem. Além da assessoria política às organizações indígenas, temos dissertações e teses sobre história e as culturas indígenas, documentários em vídeo, inventários dos patrimônios culturais etc. Mas perguntamos: de maneira geral, a produção dos acadêmicos indígenas aponta de fato para a construção de discursos e práticas contra-hegemônicas? Neste simpósio pretendemos discutir os efeitos das trajetórias destes indígenas sobre os seus coletivos de origem, buscando responder às seguintes questões: [1] até que ponto o acesso à universidade tem auxiliado na construção e consolidação de uma autonomia e protagonismo indígenas? [2] Quais os novos olhares e perspectivas trazidos por estes intelectuais indígenas? [3] Que repercussões têm produzido nos seus coletivos a ascensão de indígenas ao ensino superior em níveis de graduação e pós-graduação? [4] Quais as perspectivas encontradas pelos egressos referentes à atuação profissional, circulação de sua produção intelectual e possibilidades de projeção no cenário acadêmico?

ST 59 | 20 anos da Lei Sergio Arouca: avanços, dificuldades e desafios para os povos indígenas do Brasil

Aline Alves Ferreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Thatiana Regina Fávaro (Universidade Federal de Alagoas, Brasil).

Em 2019, completam-se 20 anos da “Lei Arouca” (Lei nº. 9.836, de 23 de setembro de 1999), marco regulatório da atenção à vida e saúde das populações indígenas do Brasil. Antes, diversos órgãos tiveram a atribuição de cuidar da saúde dos indígenas, iniciado oficialmente no início do século passado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A Lei Arouca regulamenta as diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em 1986 e estabelece que a política de saúde indígena passaria a ser responsabilidade exclusiva do Ministério da Saúde. Assim, incorporada no capítulo V da Lei nº 8.080 (19 de setembro de 1990), que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), a responsabilidade formal e de toda a estrutura de atendimento à saúde indígena, incluindo as unidades de saúde, os funcionários, as funções de confiança e os recursos orçamentários, passou a ser da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão executivo do Ministério da Saúde. Visando um debate atual sobre os caminhos, desafios e dificuldades enfrentadas ao longo desses 20 anos, o simpósio traz discussões sobre o perfil de saúde atual dos indígenas no Brasil através das perspectivas dos Censos Demográficos e dos sistemas de informação em saúde que têm contemplado (ou não) os indígenas. Pretende também discutir acerca do perfil epidemiológico de doenças, alimentação e nutrição entre indígenas do Brasil.